

PORANZITIA

Em defesa da causa indígena

Ano XXXIX • Nº 401
Brasília-DF • Dezembro 2017

Justiça e memória para Vicente Cañas, 30 anos depois de seu martírio

Após júri que condenou um dos envolvidos no assassinato de Kiwxi, como Vicente era chamado pelos indígenas, Tomás Aquino Lisboa segura a foto de seu grande amigo e irmão jesuíta.

Páginas 8 e 9

Ocupação e CIDH pressionam: Portaria de Identificação da terra Akroá-Gamella está publicada

Páginas 6 e 7

Parecer Antidemarcação: mais um retrocesso provocado pelo governo Michel Temer

Páginas 2, 3, 4 e 5

Temer amplia ataques aos povos indígenas: o Parecer Antidemarcação

Cleber César Buzatto, secretário executivo do Cimi

O governo Temer assumiu papel de protagonista nas agressões aos direitos e à vida dos povos indígenas no Brasil. Não apenas pela omissão, mas sobretudo com iniciativas anti-indígenas. Dentre outras, chamamos a atenção para o Parecer 01/2017 da Advocacia Geral da União (AGU), aprovado pelo presidente Temer e publicado no Diário Oficial da União (DOU) em julho de 2017. Pela sua abrangência e gravidade, podemos chamá-lo de Parecer antidemarcação.

Em flagrante desacordo e desrespeito ao Supremo Tribunal Federal (STF), o Parecer 01/2017 obriga toda a administração pública direta e indireta a aplicar, contra todas as terras indígenas do Brasil, as condicionantes estabelecidas pelo STF para a terra indígena Raposa Serra do Sol. Diversas decisões proferidas, tanto por ministros individualmente, quanto pelo Pleno do Supremo, afirmam e reafirmam o caráter restrito das condicionantes para o caso julgado, a Petição 3388, e negam o caráter vinculante das mesmas às demais terras indígenas do país. Mesmo assim, Temer insiste em afirmar e impor este vínculo por meio de um mero ato administrativo.

Além disso, por meio do Parecer antidemarcação, o governo Temer assume a tese do Marco Temporal e obriga a sua aplicação indiscriminadamente a todas as terras indígenas no Brasil. Tenta, com isso, restringir o direito dos povos somente àquelas terras que os mesmos ocupavam fisicamente em 05 de outubro de 1988, legitimando e legalizando todos os roubos territoriais cometidos contra os povos até aquele momento.

Com isso, o governo Temer afronta o STF já que o usa como justificativa para adotar uma posição parcial, inconstitucional, flagrantemente anti-indígena, em prol

do ruralismo em nosso país. Como é de conhecimento público, não há uma posição consolidada no STF acerca desse tema. Tanto é que, mesmo sendo citado na Petição 3388, sobre a terra Raposa Serra do Sol, a tese do Marco Temporal não foi aplicada naquele caso, já que a demarcação da terra foi confirmada pelo Supremo na forma contínua, alcançando áreas ocupadas, então, por não-índios que, em alguns casos, possuíam títulos de propriedades datados do início do século XX. Além disso, em decisões tomadas no último dia 16 de agosto, os Ministros do Supremo reiteraram o caráter originário do direito dos povos às suas terras tradicionais.

O Parecer antidemarcação 01/2017 é uma peça política que resulta de um acordo espúrio entre o governo Temer e a bancada ruralista do Congresso Nacional. Estes interessados em impedir, por completo e definitivamente, todo e qualquer procedimento de demarcação de terras indígenas no Brasil e aquele em se manter no cargo de Presidente da República. Não custa lembrar que a publicação do Parecer ocorreu nas vésperas da primeira votação, na Câmara dos Deputados, que livrou Temer de ser investigado no STF com base na denúncia apresentada contra ele pela Procuradoria Geral da República (PGR).

Temer está de mãos dadas com o ruralismo e usa as estruturas do Estado brasileiro para manter e ampliar os seculares privilégios à elite rural de nosso país, inclusive com o referido Parecer. Neste contexto, mesmo eivado de absurdos jurídicos, é improvável que o Parecer em questão seja revogado por iniciativa do próprio governo. Diante disso, faz-se necessário o seu questionamento judicial. Temos plena confiança de que o STF haverá de declarar a inconstitucionalidade do Parecer antidemarcação do governo Temer.

Porantinadas

Mais provas do genocídio promovido pela ditadura militar

Além do Relatório Figueiredo, que comprovou o genocídio e extermínio de populações indígenas durante o século XX (inclusive durante o início da ditadura militar, em 1964), documentos do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, mantidos de forma sigilosa em Genebra durante meio século, relatam o estado de saúde deplorável de povos indígenas, aniquilados por doenças, sob miséria profunda e trabalhando como escravos para fazendeiros. A papelada mostra como povos inteiros estiveram próximos de desaparecer, no final dos anos 60 e início da década de 70. Conforme os informes, alguns povos passaram a praticar abortos diante da constatação de famílias de que não teriam como garantir a sobrevivência da nova geração. Punição? Reparação? Não para o Estado brasileiro, que agora com o marco temporal finge que nada disto ocorreu.

Funai negou massacre, mas...

A Fundação Nacional do Índio (Funai) logo resolveu o assunto. Sem mandar equipes ao interior do Vale do Javari, a direção de Brasília cravou: não havia nada que comprovasse um ataque ou massacre a indígenas em situação de isolamento voluntário, chamados de flecheiros. Contrariou a informação de outros povos que vivem no Vale do Javari e o que seus servidores apuraram na região - colocando em risco as próprias vidas. Pois bem. No dia 12 de dezembro foram abordadas duas canoas de pescadores na calha do rio Itacoai. Resultado: a apreensão de 705 tracajás vivos, 510 Kg de pirarucu salgado, cinco pacas abatidas, seis espingardas de calibre 16, munições, além dos meios de transporte e utensílios de pesca dos invasores. Essa apreensão foi resultado de um único dia de operação. Oito indivíduos foram presos e encaminhados para a Polícia Federal. Se pescadores entram, quadrilhas madeireiras não?

Drama de comunidades do Rio Doce segue

Oito comunidades da Foz do Rio Doce, representadas por 18 entidades, formalizaram no dia 15 de dezembro reclamações e reivindicações com relação a medidas de compensação e reparação dos impactos sociais e ambientais advindos do rompimento da barragem de Fundão, de propriedades da Samarco/Vale-BHP, em Mariana/MG, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015. O desastre é considerado o maior crime ambiental da história do Brasil e o maior da mineração mundial. Continua impune e sem as devidas reparações aos atingidos. A Carta das Instituições Comunitárias da Região da Foz do Rio Doce foi entregue ao representante da presidente do Comitê Interfederativo (CIF), durante seminário que o Comitê realizou em Linhares. O povo indígena Krenak é um dos atingidos pelo desastre.



Parecer da AGU provoca onda de despejos, morte e desesperança para indígenas Guarani Kaiowá e Terena

Renato Santana, Assessoria de Comunicação - Cimi

Os efeitos do Parecer 01/2017 da Advocacia-Geral da União (AGU), o chamado Parecer Antidemarcação, já podem ser sentidos pelos povos indígenas do Mato Grosso do Sul, sobretudo na região de Dourados. O estado possui um acentuado passivo com relação à regularização fundiária de territórios tradicionais no país. O parecer tem a função de manter o quadro como está, apontam as lideranças indígenas, na medida em que obriga toda a administração pública a aplicar as condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Entre elas está a tese do marco temporal, que restringe os direitos territoriais dos povos definindo que só podem ser reconhecidas as terras que estivessem sob sua posse em 5 de outubro de 1988.

Existe uma crise humanitária na Reserva de Dourados se arrastando há pelo menos duas décadas. Os 16 mil indígenas Guarani Kaiowá e Terena vivem confinados em pouco mais de três mil hectares e buscam terras para “desafogar” a situação. Para a Reserva os indígenas foram levados no decorrer do final da primeira metade do século XX, como política de colonização de “terras devolutas” do então estado do Mato Grosso, e em 5 de outubro de 1988 estes povos não estavam nas terras tradicionais de onde foram retirados com violência. Dessa maneira, a cada retomada ou ocupação de terra fora da Reserva, estes indígenas sofrem ações de reintegração de posse que desde o ano passado têm como principal argumento deferido a tese do marco temporal.

“Por seu caráter amplo, e também por ser da AGU, o parecer possui capacidade de influenciar a Justiça Federal. Afinal, é uma posição do Poder Executivo - o poder que tem a responsabilidade administrativa pela demarcação. Como a retomada de terra é a alternativa dos povos para garantir o território tradicional, esse parecer é o combustível necessário para abastecer a usina de reintegrações de posse, com destaque para as decisões de primeira instância”, declarou a jornalista de Brasília uma das coordenadoras da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Sônia Guajajara.

Neste contexto se encontra uma ocupação Terena reintegrada à força pela polícia, no início de dezembro. O grupo, composto por oito famílias (cerca de 50 pessoas) e oriundo da Reserva, foi surpreendido pela Tropa de Choque. Os acessos ao sítio em que os indígenas estavam foram fechados. Tratores destruíram casas e dezenas de indígenas foram atingidos pelas balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo. “Parecia que estavam preparados para uma guerra. Foi horrível. Atacaram com tudo, não tivemos nem tempo de reagir. Quando percebemos já estávamos na rodovia. A interditamos em protesto e mais uma vez a Tropa de Choque chegou atirando balas de borracha, bombas. Uma desumanidade”, explica Zuleica Terena.

Para os integrantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Mato Grosso do Sul, trata-se de um movimento de despejos reforçado agora pelo parecer. “Ano passado tivemos Apyka’i, Itapoty e Nhu Vera. Sempre a partir da Reserva. Então há um aumento de violência na região de Dourados. São centenas de indígenas que não cabem na Reserva. Buscam novas ocupações ou retomadas e sofrem represálias dos policiais em ações violentas de despejo”, destaca o missionário Matias Benno. “Isso mostra quais serão os próximos passos da polícia em Dourados e já deixa a sombra do desespero pairando sobre todas as áreas. Sem dúvida o Parecer da AGU é um elemento a mais para aumentar a preocupação: com as demarcações paralisadas, os indígenas vão para as retomadas. Com isso, novas reintegrações baseadas no marco temporal podem



O corpo de Cleusa Benites Guarani e Kaiowá foi enterrado entre dois barracos de lona, instalados num barranco com poucos metros quadrados e dividido por cinco famílias

ocorrer com a truculência policial”, destaca a missionária do Cimi Regional MS, Lídia Farias de Oliveira.

Um outra reintegração de posse saiu nas últimas semanas contra o tekoha - lugar onde se é - de Nhu Vera. Os argumentos relativos ao marco temporal estão presentes no pedido de despejo atendido pela Justiça Federal. No acampamento moram 50 famílias, cerca de 250 pessoas, que já estão no local há sete anos vindas da Reserva de Dourados. A área fica nas proximidades do despejo contra o grupo Terena. Se trata de um território cujos limites estão na fronteira da Reserva. “Os proprie-

tários da fazenda retomada”, conta uma das lideranças Guarani e Kaiowá, “engoliu a aldeia Bororó”. Com efeito, a presença indígena também foi “engolida”. “A tese do marco temporal legaliza esses crimes, expulsões a todo custo, assassinatos e genocídio dos patrícios (indígenas). Impede a reparação, transforma a Constituição numa revista de piada”, protesta Lindomar Terena.

O cenário deveria ser outro. Desde 2007, portanto há dez anos, o governo federal desrespeita um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), estabelecido junto ao Ministério Público Federal (MPF) do Mato Grosso do Sul, onde em dois anos a Funai deveria demarcar um conjunto de terras indígenas, os chamados Peguá. “A precariedade em que vivem os indígenas, em boa parte, se deve ao fato de que eles não têm endereço, vivem em acampamentos e áreas não reconhecidas pelo Estado. Desta forma, são privados dos serviços públicos como fornecimento de água e energia elétrica”, destacou o MPF em nota divulgada no último dia 12 de dezembro.

A comunidade do tekoha Pyelito Kue, em Iguatemi, a 470 km ao sul de Campo Grande (MS), destaca os procuradores do MPF, ficou nacionalmente conhecida em 2012 quando divulgou uma carta de repúdio à decisão judicial que determinou a reintegração de posse da área que ocupavam. Ou seja, após os dois anos determinados pelo TAC para a demarcação da terra Guarani e Kaiowá. À época, os indígenas disseram que a determinação da Justiça levaria a comunidade a morrer pela terra, “já que a sobrevivência dos indígenas na região estaria inviabilizada”. No total, são sete terras indígenas e 39 tekohas - pactuados pelo TAC - dos povos Guarani e Kaiowá e Nandeva. A multa decorrente do não cumprimento do TAC deveria ser revertida às comunidades, o que também não aconteceu.

Apyka’i: mais uma cova na beira da estrada

O corpo de Cleusa Benites Guarani e Kaiowá foi enterrado entre dois barracos de lona, instalados num barranco com poucos metros quadrados de ocupação e dividido por cinco famílias - o número já chegou a nove. A cova foi aberta no pequeníssimo espaço usado pelas crianças para as brincadeiras, entre a cerca do latifúndio e o asfalto da BR-463. O lugar é conhecido como Curral do Arame e está na região chamada de a “Faixa de Gaza” brasileira, no



“Parecia que estavam preparados para uma guerra. Foi horrível. Atacaram com tudo, não tivemos nem tempo de reagir”

→ cone sul do Mato Grosso do Sul. “Não queremos retomar o Apyka’i, mas apenas enterrar a Cleusa com os demais parentes. É um pedido para as autoridades”, diz dona Damiana Guarani e Kaiowá. A Cleusa era uma das poucas adultas e chegou ao barranco, com as demais famílias, vinda de mais um despejo do tekoha - lugar onde se é - Apyka’i, realizado em 6 de julho do ano passado, um dia chuvoso e cinza, por agentes da Polícia Federal. A tese do marco temporal esteve presente nas justificativas da ação de despejo.

É incerta a causa da morte de Cleusa. O corpo foi encontrado não muito distante do acampamento. “Como a situação para o grupo é de extrema dificuldade, sobretudo com alimentação, os indígenas relataram que Cleusa tinha saído para coletar doações. Horas depois foi encontrada sem vida”, explica Lídia Farias de Oliveira, missionária do Cimi Regional MS. Os Guarani e Kaiowá não observaram hematomas ou ferimentos em Cleusa, conforme relatam. Para emissários da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que providenciaram o caixão para o enterro, tratou-se de um mal súbito ou infarto. Há entre os indígenas os que acreditam em atropelamento, pois Cleusa estava bem de saúde. Sem a devida investigação, entretanto, o que se sabe é que Cleusa morreu longe de seu tekoha e no que pode ser considerado um sacrifício pela terra tradicional.

Para os Guarani e Kaiowá do Apyka’i se tornou rotina enterrar seus mortos. Nos últimos anos, nove integrantes da comunidade morreram vítimas de atropelamentos. Sem contar as mortes por desnutrição e as inúmeras violências desferidas por capangas, pistoleiros e reintegrações de posse. Um indígena chegou a morrer envenenado pelos agrotóxicos utilizados pela fazenda que se sobrepõe ao tekoha. O grupo vem sendo dizimado sob o olhar passivo das autoridades públicas. Por mais de uma década, as nove famílias do Apyka’i viveram na beira da estrada, sofrendo ataques de segurança privados, tendo seus barracos criminosamente incendiados a mando de produtores rurais, bebendo da água podre dos córregos envenenados pela monocultura - figurando, assim, como uma espécie de “comunidade modelo” do genocídio que sofrem os povos indígenas no Brasil.

Desde 2013, os indígenas retomam parte do território reivindicado como tradicional, onde incide a fazenda Serrana, propriedade de Cássio Guilherme Bonilla, arrendada para a gigante do setor sucroalcooleiro Usina São Fernando. Os moradores do tekoha sobrevivem essencialmente de doações e de cestas básicas oferecidas por apoiadores e pela Funai. Não tem acesso à água, à floresta, à educação, saúde, à segurança ou a dignidade mínima. Instalada em Dourados em 2009, a usina é um empreendimento do Grupo Bertin, um dos maiores frigoríficos produtores e exportadores de itens de origem animal das Américas, e da Agropecuária JB, ligada ao Grupo Bumlai, especializado em melhoramento genético de gado de corte. Um dos territórios utilizados pela usina para produzir cana é reivindicado pelo povo Guarani e Kaiowá do Apyka’i.

Em 2010, sob perigo de perder sua licença de operação em função de diversos descumprimentos legais em questões trabalhistas, ambientais e indígenas, a usina teve de assinar um termo de cooperação e compromisso de responsabilidades na Justiça. Entre as condicionantes estabelecidas pelo Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho (MPT) e Ministério Público Federal (MPF), a usina era obrigada a não renovar o contrato de arrendamento da fazenda Serrana, de Cássio Guilherme Bonilha Tecchio, propriedade que incide sobre o território reivindicado como Apyka’i pela família de Damiana, quando o atual findasse. Em 2015, José Carlos Bumlai foi preso no decurso da Operação Lava Jato, acusado de fazer parte de um esquema de corrupção e fraude no pagamento de dívidas de campanha eleitoral do Partido dos Trabalhadores.



“Eu penso que não adianta mais. Branco vai continuar judiando da gente. Ainda bem que temos a Aty Guasu. Não estamos desamparados”



“Não acredito no governo, as coisas só pioram”

Leila Rocha Guarani Nandeva está há 18 anos numa luta intermitente pela terra tradicional. “Tentamos de tudo para ficar em paz na nossa terra. Eu mesma já caminhei em vários lugares de governo, Justiça para ver se sai resultado da terra, mas o que nos restou foram as retomadas”, diz. Leila é da Terra Indígena Yvy Katu/Porto Lindo, demarcado em 2005 e localizado no município de Japorã (MS), onde os Guarani Nandeva iniciaram a luta de reconquista territorial há 29 anos. Em 2003, para pressionar o governo federal e o judiciário, os indígenas realizaram a primeira retomada do território tradicional, expulsando não-indígenas de 14 diferentes fazendas na área reivindicada.

Os ataques à demarcação de Yvy Katu só aumentaram. Em 11 de maio de 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) negou recurso a fazendeiros que contestavam a demarcação. A decisão favorável tratava da revisão

dos limites da Terra Indígena Yvy Katu/Porto Lindo. Em 1991, os limites da reserva, demarcada em 1928, foram revisados e se reconheceu que ela correspondia a 9.454 hectares. Um fazendeiro questionou a demarcação com um embargo declaratório que afirmava, com base na tese do marco temporal, que os novos limites reconhecidos não correspondiam ao “conceito de ocupação tradicional”, pois os indígenas não estariam lá em 5 de outubro de 1988. “Isso virou moda no Mato Grosso do Sul: o marco temporal é um assassino dos Guarani Kaiowá. Não somos respeitados. Nosso direito foi retirado. Se não estávamos nas tekoha no dia da Constituição é porque nos tiraram de forma forçada, confinaram nosso povo nas reservas. Branco pretende cometer a mesma violência pela segunda vez”, ressalta leila.

Os Guarani e Kaiowá e Nandeva, confirma Leila, decidiram que vão autodemarcar as terras indígenas. “Vamos fazer a nossa homologação”, diz. Ela acredita que muitas mortes ainda ocorrerão, mas “nossa luta não tem fim. Estamos ali e não vamos recuar. Jamais vamos abandonar a nossa mãe. Somos originários dessa terra, nossa vivência, nossa família. Sem terra nós não somos nada. A terra pra nós é algo muito valioso”. Leila lembra da vez em que o cano de uma arma de fogo foi empurrado contra o seu peito, das palavras de ameaça e de ter enfrentando inúmeras vezes a Polícia Federal. “Fomos saqueados, mas queremos agora apenas um pedaço dessa terra que nos tiraram. Nos acharam pelados em terras cobertas por florestas neste Mato Grosso do Sul hoje desmatado, doente”.

A indígena aponta para um árvore e explica como seu povo entende a relação dele com os brancos: “Somos as raízes desta terra, os outros são os nossos galhos e nossa folhas. Veja essa árvore: tem o pé, os galhos e as folhas. Passarinho faz ninho no galho. Surgiu outra vida que encontrou nessa árvore um lugar para seguir adiante. Pra todo mundo serve essa terra, acreditamos nisso, mas pra gente também”. Quando caminha entre os gabinetes dos ministros do STF, Leila pensa: “Já caminhei tanto por esses órgãos, por Brasília, já fomos para outros lugares do mundo denunciar e ver se governo toma as providências. Já foram nos tekohas, essas autoridades todas, recebemos com rituais e em paz. Eu penso que não adianta mais. Branco vai continuar judiando da gente. Ainda bem que temos a Aty Guasu. Não estamos desamparados porque ali vamos tomar as nossas decisões”. ♦

AGU ocupada contra o Parecer Antidemarcação do governo Temer

Tiago Miotto, Assessoria de Comunicação - Cimi

Nos últimos meses, os povos indígenas do Brasil têm travado uma árdua luta para que o governo Temer revogue o Parecer Antidemarcação da Advocacia-Geral da União (AGU), publicado em julho. No dia 6 de dezembro, cerca de 90 indígenas ocuparam o hall da AGU, exigindo a revogação do Parecer 001/2017, que obriga toda a administração pública a aplicar as condicionantes estabelecidas pelo STF para o caso específico da terra indígena Raposa Serra do Sol – o que contraria decisões do próprio STF e restringe o direito ao reconhecimento de suas terras tradicionais.

Uma das principais consequências do parecer, publicado pelo governo Temer após acordo com a bancada ruralista, é impor a toda a administração pública a tese inconstitucional do marco temporal, que restringe os direitos territoriais dos povos indígenas definindo que só podem ser reconhecidas as terras que estivessem sob sua posse em 5 de outubro de 1988.

“Esse parecer fere a vida e a humanidade dos povos indígenas. Antes de 1988, nós já estávamos aqui no Brasil. Esse parecer é para defender os interesses dos que são contra os indígenas”, avalia Luís Salvador Kaingang.

Além dos Kaingang, também participaram da ação indígenas do povo Guarani Mbya, igualmente da região Sul, e dos povos Terena, Kadiwéu e Kinikinaw, do Mato Grosso do Sul. Realizando uma semana de lutas em Brasília, os indígenas permaneceram na AGU até que fossem recebidos pela Advogada-Geral da União, Grace Mendonça, responsável pela elaboração do parecer antidemarcação.

No meio da tarde, depois de horas de ocupação, a Advogada-Geral da União e responsável pela elaboração do parecer, Grace Mendonça, recebeu uma representação dos indígenas. Eles cobraram a revogação do parecer e entregaram uma petição na qual apresentam elementos jurídicos que demonstram sua inconstitucionalidade.



Uma das principais consequências do parecer é impor à administração pública a tese inconstitucional do marco temporal

“Já não se demarca terra no Brasil, e este parecer vem inviabilizar isso de vez. Nossas áreas tradicionais são terras que vêm antes da Constituição brasileira, antes do próprio Estado brasileiro, e este parecer vem de encontro aos direitos dos povos indígenas. Por isso, precisamos que ele seja revogado”, afirma Odirlei Kaingang.

Na reunião, feita de forma apressada porque a ministra teria outra agenda em seguida, ela se comprometeu a analisar o documento entregue pelas lideranças, mas sustentou a posição do governo.

“Cada liderança trouxe a realidade de sua região e falou como esse parecer tem impactado diretamente as demarcações de terras indígenas. Ela se comprometeu a dar uma devolutiva, disse que está juntando todas as manifestações que está recebendo e em breve vai nos chamar para uma reunião aberta”, relata Luiz Eloy Terena, assessor jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

“A gente fica muito surpreso, porque a missão constitucional da AGU é defender o patrimônio da União, e as terras indígenas são também bens da União. E a partir desse parecer, estamos vendo que a AGU está abrindo mão de um bem da União e de cumprir com sua função constitucional”.

Mudanças no decreto 1775

As lideranças também questionaram a Advogada-Geral a respeito dos boatos de que o governo Temer prepara uma alteração no Decreto 1775/1996, que regulamenta os procedimentos para demarcação de terras indígenas no Brasil, para adequar o procedimento administrativo de demarcação às exigências do Parecer 001/17 da AGU/Temer. Grace Mendonça respondeu que desconhece tal medida.

No final do ano passado, também em dezembro, a minuta de um decreto que estava sendo elaborado com essa mesma finalidade acabou sendo vazada na imprensa, frustrando os planos do governo Temer.

Apib solicita exoneração de diretores da Funai por manobras administrativas envolvendo milhões em recursos

Assessoria de Comunicação - Cimi

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) divulgou uma nota solicitando ao Ministro da Justiça, Torquato Jardim, a exoneração de diretores da Fundação Nacional do Índio (Funai) que, conforme o informe, manobram recursos internos para cobrir os custos de um suposto contrato de monitoramento de terras indígenas. Nenhum parecer técnico foi executado para embasar a decisão.

Dois diretores do órgão indigenista, Francisco José Nunes Ferreira e Azelene Inácio, teriam tomado a decisão na ausência do presidente da Funai, general Franklindberg Ribeiro de Freitas. Por essa razão, a Apib solicita ainda a devolução do recurso para as respectivas diretorias de onde ele foi retirado.

“A usurpação descarada de mais de 9 milhões de reais das outras instâncias, retirou um total de 4 milhões da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS) parte dos quais seria para cobrir a reunião do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (CG/PNAGATI), que deveria acontecer nesta semana”, diz trecho da nota.

ÍNTEGRA DA NOTA DA APIB

Carta de repúdio contra decisão arbitrária do presidente substituto da Funai, Francisco José Nunes Ferreira, de recolher recursos da Diretoria de Desenvolvimento Sustentável, inviabilizando reunião do Comitê Gestor da PNGATI

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, manifesta por meio desta o seu veemente repúdio ao ato do Diretor de Administração e Gestão da Fundação Nacional do Índio (Funai) Francisco José Nunes Ferreira, que, em conluio com a Diretora de Proteção Territorial, Azelene Inácio, indígena indicada por ruralistas, e aproveitando-se de uma momentânea substituição do presidente titular, general Franklindberg Ribeiro de Freitas, retirou arbitrariamente recursos de outras diretorias para cobrir os custos de um suposto contrato de monitoramento de Terras Indígenas. Francisco Ferreira agiu sem considerar qualquer parecer técnico, nem mesmo da Coordenação-Geral de TI e Comunicações (CGTIC).

A usurpação descarada de mais de 9 milhões de reais das outras instâncias, retirou um total de 4 milhões da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS) parte dos quais seria para cobrir a reunião do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (CG/PNAGATI), que deveria acontecer nesta semana.

A medida do diretor da DAG faz parte de um cenário de disputas, dele e da diretora da DPT, pela direção do órgão e por indicações políticas para cargos de seu interesse.

A APIB denuncia este ato imoral do diretor da DAG, que como outras ações governamentais busca surrupiar o direito de participação e controle social conquistado pelos nossos povos e organizações, ao longo dos últimos anos, e que possibilitaram algumas conquistas significativas como a construção da PNGATI e a sua criação por meio de Decreto Presidencial em junho de 2012. Não admitimos a destinação dos escassos recursos que sustentam as mínimas ações que ainda implementa a Funai para fins escusos ou iniciativas que em momento nenhum foram discutidas com as nossas lideranças e instancias representativas.

Em razão desse flagrante atropelo, que desrespeitou a outras diretorias e prejudica a atuação de servidores e principalmente outras ações destinadas aos nossos povos e comunidades, a APIB reivindica do presidente da Funai, general Franklindberg, a efetivação de seu compromisso de revogar o ato de seu substituto, assegurando por sua vez recursos para a realização da reunião do Comitê Gestor da PNGATI ainda este mês. Aos ministros da Justiça e Segurança Pública, Torquato Jardim, e da Casa Civil, Eliseu Padilha, a APIB solicita a exoneração do Diretor Francisco José Nunes Ferreira e da diretora da DPT Azelene Inácio, bem como a devolução dos recursos tomados pelo presidente substituto das outras diretorias.

Brasília, 06 de dezembro de 2017

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB

Ocupação no Maranhão e audiência da CIDH pressionam e demarcação Akroá-Gamella terá início no 1º semestre de 2018

Renato Santana, Assessoria de Comunicação - Cimi

A Portaria de Instalação do Grupo de Trabalho (GT) para a Identificação e Delimitação da Terra Indígena Akroá-Gamella foi publicada pelo Diário Oficial da União (DOU), no dia 13 de novembro. Pouco mais de seis meses depois do massacre sofrido pelo povo, onde 22 indígenas ficaram feridos - dois deles tiveram as mãos decepadas -, os Akroá-Gamella tiveram a possibilidade de virar uma página dolorosa de sua história de luta pelo território, que já se estende por décadas, entre os municípios de Viana, Matinha e Penalva, na Baixada Maranhense. “Conseguimos, dia após dia, encontrar maneiras de seguir adiante na luta pela terra. As ameaças só aumentaram depois do massacre. Não é seguro andar pelas cidades e pessoas que identificamos no dia em que sofremos o ataque continuam dizendo que da próxima vez será pior. Cada dia aparece uma nova lista de Gamella marcados para morrer”, conta Maria Gamella.

Nas capitais Montevideu (Uruguai) e São Luiz (Maranhão), dois acontecimentos pressionaram o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), o general Franklimberg Ribeiro de Freitas, a tratar como irrevogável a decisão pela publicação. No Uruguai ocorreu uma audiência pública, no dia 23 de outubro, durante o 165º Período

de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), onde a questão Akroá-Gamella foi tratada em face do massacre de abril e da demanda reprimida pela demarcação. Já no Maranhão, a partir do dia 5 de novembro, teve início uma ocupação à sede da Funai, em São Luiz, que contou ainda com os povos Tremembé, Krenyê e Gavião.

“Tivemos que vir pra essa luta, ocupar e seguir firmes na nossa posição para sermos atendidos”, destacou Mandioca Akroá-Gamella. A resposta definitiva pela publicação da portaria chegou aos indígenas no quinto dia de ocupação em reunião com a coordenadora Regional do órgão no Maranhão, Eliane Araújo, que levou aos Gamella um documento assinado pelo presidente garantindo a publicação do GT. Em vista da pauta dos demais povos, a ocupação durou quase três semanas.

Em assembleia realizada no início da noite de 10 de novembro, os indígenas decidiram seguir com a ocupação até que estivessem com a portaria nas mãos. “Tratamos como uma vitória, fruto da nossa luta, mas decidimos manter a ocupação porque a postura do Estado, historicamente, é de desfazer num dia o que fez no anterior”, destaca Kum'tum Akroá-Gamella. Na manhã do dia 11 de novembro, os indígenas liberaram os portões da sede conjunta da Funai com o Incra; a interdição havia acabado, não a ocupação.



Renato Santana/Cimi

“Conseguimos, dia após dia, encontrar maneiras de seguir adiante na luta pela terra.”

Conforme o presidente Franklimberg informou aos Gamella, durante conversa telefônica antes das duas reuniões com a Coordenação Regional da Funai, que os recursos utilizados para a realização do GT serão do próprio órgão indigenista. “Decidimos não usar o (montante) que o Governo do Maranhão nos ofereceu. Havia condicionantes que dificultariam o trabalho”, explicou o presidente. Para Diassis Akroá-Gamella, uma pergunta não foi respondida: “Por que só agora, depois de seis meses do massacre que sofremos, a Funai percebeu isso e fez algo”. O indígena, durante o massacre sofrido pelos Akroá-Gamella em 30 de abril deste ano,

Encontrão de povos ocorre em comunidade quilombola cercada por

Ana Mendes, colaboração para o Cimi Regional Maranhão

Dia 7 de dezembro de 2017. Sete ônibus tomados por indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, sertanejos e pescadores riscam em caravana o mapa do Nordeste do país, rumo ao quilombo Cocalinho, no município de Parnarama (MA), para o VII Encontrão da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão. O evento reuniu cerca de 500 pessoas e seguiu até o último dia 10. Cocalinho, já na divisa com o Piauí, não foi escolhido ao acaso. O quilombo, junto com outras 90 comunidades presentes na Teia, está no centro da resistência popular do Maranhão - estado que trouxe consigo o maior índice de pobreza e desigualdade do Brasil durante as últimas décadas. Se por um lado o projeto emancipatório pretende colocar estes povos e comunidades em tais índices, no Encontrão da Teia o grito seguiu no caminho contrário com o tema: “Nosso Território Sagrado: Bem Viver, Memória, Luta e Esperança”.

O Encontrão da Teia acontece duas vezes ao ano, desde 2015. A cada edição a sede da reunião ocorre em uma comunidade diferente - sempre numa área apossada por invasores, empreendimentos e alvo do descaso estatal. São seis grandes grupos presentes na Teia: camponeses, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, sertanejos e pescadores. Duas ideias, de forma sintética, a mobilizam em união. A necessidade de se fortalecer para o enfrentamento em defesa da garantia das terras tradicionais, dos direitos humanos e sociais e, principalmente, dos territórios

sagrados - sobretudo no que tange a ideia de que são áreas com dinâmicas espirituais, locais ritualísticos e de reprodução cultural; não se trata de qualquer terra. Num segundo momento, a ideia de que é preciso descolonizar os métodos e as práticas das comunidades reafirmando os modos de vida e organização próprias.

A conjuntura exigente quanto à resiliência a tais “projetos de morte”, impostos numa conjuntura de retirada de direitos nunca vista dessa forma desde a Constituição Federal de 1988, não poderia ser diferente para os povos indígenas. Aliás, seus 305 povos e quase 1 milhão de indivíduos foram os primeiros a sentir o que vem ocorrendo no país ao lado das demais populações tradicionais, negros e comunidades pobres urbanas. Dessa vez, oito dos 12 povos indígenas que vivem no Maranhão estavam presentes. Uma vitória para a Teia, que cada vez mais atrai povos, comunidades tradicionais e movimentos de resistência. Os Ka'apor, os Tremembé e os Awá Guajá participaram pela primeira vez. Já os Akroá-Gamella, os Krenyê, os Krepym Kateje, os Krikati e os Gavião participam desde a primeira edição.

É necessário voltar os olhos ao Maranhão para compreender a Teia, que se organiza há três anos na luta pela terra, autodeterminação, direitos humanos e sociais, num contexto onde o sarneismo deixa uma herança de coronelismo e pistolagem mesmo depois de derrotado nas últimas eleições. Os povos e comunidades que compõem a Teia são aqueles que estão entre o madeireiro e a floresta, entre o grileiro e a terra tradicional, entre o Capital e a destruição de projetos de vida plurais e autônomos. A Teia se insurge como articulação gestada



Ana Mendes/Cimi Regional MA

O Encontrão da Teia acontece duas vezes ao ano. Cada edição ocorre em uma comunidade diferente e deflagrada

por povos e comunidades tradicionais com o intuito de fortalecer as lutas locais. A Teia, portanto, é o movimento dos movimentos.

Em termos práticos, Cocalinho é uma ilha verde cercada por eucalipto. A lagoa e os braços de água usurpados matam a sede pela monocultura da empresa Suzano Papel e Celulose. O avanço do eucalipto e a falta de água expulsou espécies animais e vegetais, coloca em dificuldades seus habitantes tradicionais, mas Cocalinho ainda sim é bonita de ver. Resiste bravamente. A perseverança lá é verde, em tons de babaçu e buriti. Para tanto, a comunidade vive sob a regência de leis próprias - muitas delas ignoradas pelas autoridades brancas. É expressamente proibida a retirada de madeira para a venda, por exemplo. “Somos a minoria, mas a gente vem lutando para não afrouxar mais. O encontrão da Teia vai dar mais força, eles vão reconhecer que não estamos sozinhos”, conta Leandro



Cada dia aparece uma nova lista de marcados para morrer”, conta Maria Gamella

levou três tiros de arma de fogo. Os projéteis ainda estão alojados nas costas, dedo da mão direita e rosto de Diassis.

Para ele existe um sentimento de impunidade não só porque os autores do massacre estão livres, mas porque o governo federal nada fez para evitar que num novo episódio de violência ocorra. “Tivemos dois parentes com as mãos decepadas a golpes de facão. No total foram 22 feridos, incluindo crianças. E essa luta não começou agora: pelo menos desde 1979 que o governo nos nega o direito à terra”, explica o indígena que aguarda providências da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) para retirar os chumbos que estão em seu corpo. ♦

eucaliptos da Suzano

dos Santos, quilombola e morador da comunidade.

Uma das trocas entre os povos e comunidades nestes espaços da Teia está nas experiências de autonomia em relação a simplesmente esperar providências do Estado que demoram a ocorrer provocando a destruição dos territórios e mortes. De maneira autônoma, sem a participação do Estado, o Conselho de Gestão Ka’apor está minimizando a extração de madeira ilegal na Terra Indígena Alto Turiaçu, no norte do estado, ao áreas de proteção e ramais de fiscalização nas localidades onde há madeireiros. Pagam um preço alto, sofrendo ameaças e assassinatos, mas afirmam que se trata de um projeto definitivo. “Hoje nós temos um plano de vida e estamos fazendo tudo através do Conselho. Não é SEDUC, não é FUNAI. O governo atrapaalha nosso trabalho”, fala Itahu Ka’apor.

O sertanejo Marconi Martins Ramalho, da comunidade de Forquilha, localizada em Benedito Leite afirma que ele e seu grupo dançaram o toré no momento em que foi derrubar um curral de uma fazenda sobreposta ao território tradicional. O toré é uma dança indígena ritualística que simboliza a união de objetivos políticos com o campo espiritual, este dependente da “natureza sagrada”: morada de Encantos antiquíssimos e fundamentais para a existência de tais povos. “Nós lembramos dos indígenas e começamos a cantar o toré pra dar uma fortalecida. E a gente foi cantando e fazendo o fogo e deu aquela fortaleza. E quando partimos pra ação deu tudo certo. A Teia traz isso pra nós. Juntou aquela força e nós estamos conseguindo tudo que queremos hoje”, conta o sertanejo. ♦

Ocupação Krepym e Krenyê à Unidade Regional de Educação: Governo do Maranhão segue sem ouvir os povos

Rosimeire Diniz, Cimi Regional Maranhão

Um grupo de indígenas dos povos Krepym Katejê e Krenyê ocupou a Unidade Regional de Educação (URE), em Barra do Corda (MA). A ação começou no dia 9 de novembro e seguiu por mais duas semanas e meia. Condições desumanas foram impostas a eles, como o corte da água ocorrido nos primeiros dias de protesto. A mobilização foi mais uma tentativa de fazer com que a Secretaria Estadual de Educação (Seduc) atenda a pauta sobre a Educação Escolar Indígena Diferenciada no território Geralda Toco Preto. Esses e outros povos estão aliados dessa política pública, no Maranhão. Do início da ocupação até o momento, a pauta ainda não foi totalmente atendida.

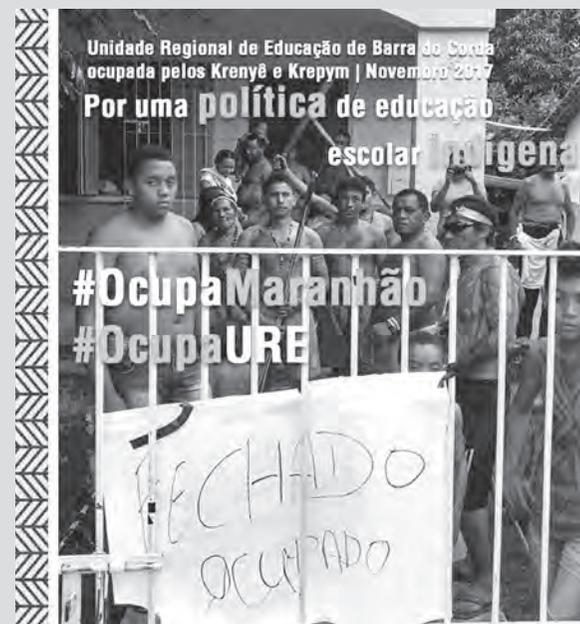
A situação de precariedade, fruto de décadas de descaso dos governos anteriores ao de Flávio Dino, atinge a todos os povos. Em 2012, uma mobilização culminou na assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Seduc e o Ministério Público Federal (MPF). Esse TAC foi judicializado por meio de uma Ação Civil Pública que tramita na 4ª vara da Justiça Federal. A situação, no entanto, ganhou novos contornos devido à morosidade do Poder Público em resolver a questão. Agora o que se pede da seduc é o mínimo de sensibilidade para entender toda a situação.

A luta do povo Krepym Katejê para ter acesso à política pública de educação escolar indígena vem de longas datas, fruto de um descaso e abandono dessa política. Com o novo governo, os indígenas acreditavam o atendimento melhoraria. As primeiras conversas com a Seduc não surtiram efeito. O povo decidiu fazer uma manifestação no mês de novembro de 2015 na aldeia Geralda Toco Preto. Nessa ocasião, apresentaram uma pauta extensa; dois anos depois, pouca coisa se alterou.

Sem respostas do Estado, por meio da Seduc, o povo Krepym, que já vinha denunciando essa realidade à Seduc e Ministério Público Federal (MPF), realiza nova mobilização: os indígenas seguram uma equipe da Seduc na aldeia Sibirino, em fevereiro de 2016. Nessa ocasião, a negociação se deu em vários em defesa de vários pontos da educação escolar. A mediação foi realizada pela Secretaria Estadual de Direitos Humanos. Nessa negociação foi firmada uma pauta. Nela estavam o encaminhamento de materiais didáticos e permanentes às escolas das aldeias Sibirino e Geralda Toco Preto, contratos de trabalho para copeiras e merendeiras a serem assinados e foi pactuada a construção de uma nova escola para o território indígena, no intuito de atender a demanda da escola no ensino fundamental de 6º ao 9º ano.

O povo respeitou o tempo da burocracia. No mês de agosto de 2016 retornaram novamente à Seduc e ao MPF para cobrar os acordos firmados; voltaram com a promessa de que tudo seria resolvido. Novamente sem respostas ao acordos feitos, a situação se agravou sem o pagamento de professores, sem a bolsa auxílio para os indígenas que estudam a Universidade Federal de Goiás. Em dezembro de 2016, os indígenas Krepym Katejê - com o apoio de Krenyê, Ka’apor e Akroá-Gamella - retornaram a São Luís e, desta vez, ocupam a frente do Palácio dos Leões, sede do Governo do Estado, que resultou num termo de compromisso, assinado pela Seduc, indígenas, Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Novamente um tempo sem ou com poucas respostas. Em agosto de 2017, o povo Krepym retorna e vai à Seduc e ao MPF. Como não poderia deixar de ser, mudanças ocorreram na reivindicação dos indígenas, além da já repetida pauta da educação escolar. Ao Cimi relatam o



Durante a mobilização na URE, os indígenas tiveram dois momentos de negociação com a Seduc: pouco se avançou

aumento na venda ilegal de madeira dentro do território, o que ocorre pela completa ausência do Poder Público em demandas de sua competência, e os conflitos advindos dessa prática - a prática não é consenso, realizada apenas por alguns. A venda ou marcação de lotes particulares dentro do território indígena foi outra denúncia, inclusive impedindo o livre acesso do povo em algumas áreas que são de uso coletivo. O que foi causando estranheza é que essas atividades ilegais estavam sendo realizada com o apoio do cacique da aldeia Sibirino. Outros indígenas começaram a questionar a prática e criam o Conselho de Gestão Territorial dos Krepym Katejê. A criação do Conselho surge da necessidade de ter mais pessoas pensando a gestão dentro do território.

Pauta reivindicatória

Nesse tempo de ocupação, a Seduc atendeu algumas demandas: renovação do contrato do professor bilíngue e contratação de merendeira para atuar na aldeia Geralda Toco Preto, contratação de uma professora para atender o povo Krenyê, reforma da escola José Porfírio de Carvalho, na aldeia Geraldo Toco Preto, mediante levantamento de necessidade - que será realizada em janeiro de 2018. Além desses pontos, a contratação de um professor para atender sete alunos que estão impedidos de frequentar a escola da aldeia Sibirino, repasse de recurso e responsabilidade pelo transporte escolar dos alunos do 6º ao 9º ano da aldeia Toco Preto a Sibirino, por meio do programa PEATE Indígena da prefeitura de Itaipava do Grajaú, e se comprometeu em falar com a Secretaria de Infraestrutura para melhorar a estrada de 6 km entre as aldeias; por fim, o pagamento indenizatório - até o próximo dia 10 de dezembro - dos salários de três professores Krepym que atuaram sem contrato.

Durante a mobilização na URE, os indígenas tiveram dois momentos de negociação com a Seduc: audiência judicial sobre o TAC, realizada no dia 14 de novembro, onde a Seduc atendeu as demandas acima, mas disse que não podia atender a mudança de local da escola. No dia 17 de novembro um servidor da Seduc esteve na URE conversando com os indígenas: o ponto da mudança na construção da escola não avançou e os indígenas decidiram manter a ocupação. O Estado responde que não pode mudar o local da escola, alegando questões relativas ao processo licitatório e prazo de execução. ♦

Acusado de agenciar o assassinato de Vicente Cañas é condenado a 14 anos e 3 meses

Guilherme Cavalli, Assessoria de Comunicação - Cimi

Ronaldo Osmar, acusado de agenciar a morte de Vicente Cañas em abril de 1987 foi condenado pelo tribunal do júri a 14 anos e 3 meses de reclusão em regime inicial fechado. Com o julgamento encerrado no dia 29 de novembro, o júri popular acompanhou na manhã do dia 30 as sustentações orais que direcionam ao réu Ronaldo Osmar a responsabilidade de agenciar a morte de Vicente Cañas e decidiu no fim da tarde pela condenação do ex delegado da Polícia Civil de Juína, localidade onde ocorreu o crime.

“Não é coincidência que um homem magro, barbudo, tenha sido martirizado pela demarcação das terras indígenas. A história se repete há mais de dois mil anos”. Vicente Cañas, missionário espanhol que se fez Enawenê-Nawê, estava nu quando foi covardemente assassinado. Nu vai além da condição de unicamente despido. No sentido figurativo da afirmação, encontrava-se sem nenhuma proteção. Vitimado por uma emboscada arquitetada pela ganância. A morte de Jesus foi confirmada com uma perfuração no abdômen pela lança de um soldado romano. Vicente foi encontrado em terra com uma perfuração na mesma região daquele que seguia.

“É uma causa da sociedade, de justiça e memória”, sustentou Ricardo Pael, procurador do Ministério Público Federal. “A importância desse julgamento vai além do Brasil e do Mato Grosso. Esse júri faz memória a história de colonização do Brasil, que foi violenta. A polícia do local do assassinato, responsável pela investigação, omitiu sua função. Desconsiderou a história de violência e a realidade. Nenhum fazendeiro foi inquirido na época”.

“Estamos muito contente. Isto abre um precedente impressionante no país para julgamentos de impunidade contra os povos indígenas. Depois de tantos anos de espera, é uma grande alegria saber que Vicente, meu tio, continuará o caminho para a proteção dos povos através do julgamento”, afirma Rosa Cañas, sobrinha de Vicente.

O Condenado

À época, Ronaldo Osmar cumpria designação em cargo público junto a Delegacia de Polícia de Juína, localidade do crime que tirou a vida de Vicente Cañas. Documentos anexados aos autos do processo e trazida na sustentação do crime pelo Ministério Público Federal questionaram a omissão do ex delegado na investigação. “Era conhecido o conflito fundiário na região. As terras dos Enawenê Nawê eram desejadas por fazendeiros e madeireiros e viam em Vicente uma ameaça, uma força aos indígenas que pediam para demarcação. Contudo, mesmo sabendo disso, nenhum fazendeiro foi investigado”, sustentou Pael, procurador federal.

O corpo de defesa levantou especulações de que organizações religiosas “inventaram” as provas sobre o assassinato do missionário jesuíta. “As provas foram produzidas unicamente por particulares, Operação Anchieta, Fundação Nacional do Índio e Conselho Indigenista Missionário”, sustentou a defesa do condenado.

“O réu intermediou os interesses dos fazendeiros. Agiu para eliminar o empecilho dos interesses fazendeiros. Além de arregimentar o grupo que assassinou, orientou como proceder”, continuou o procurador. “A morte de Vicente foi pega pelos interesses de exploração das terras. Se utilizavam da força da polícia para cometer crimes”. Eram recorrentes as

conversas que rondavam na região de Juína sobre o pedido de extradição do Vicente por parte de fazendeiros e madeireiros.

Assim como o líder religioso que andou em Nazaré e por toda a Galileia, memória recordada pelo promotor da república Ricardo Pael, Cañas cumpriu o chamado profético de denunciar as injustiças, a morosidade nas demarcações, a invasão às terras indígenas. Pôs em evidência os gemidos da periferia e por isso é mártir da demarcação dos Enawenê Nawê. As Galileias modernas são outras, contudo, consistem as vítimas que as ousam denunciar.

O começo do julgamento

Iniciado no dia 29 de novembro, em Cuiabá (MT), o júri que investigou a morte do missionário Vicente Cañas prosseguiu no dia seguinte nas fases de sustentação oral. Esteve no banco dos réus o delegado aposentado Ronaldo Antônio Osmar, acusado de contratar os assassinos de Vicente. Impune há 30 anos, é o último sobrevivente envolvido na emboscada que vitimou o irmão Jesuíta. A acusação foi sustentada pelo Ministério Público Federal (MPF).

Participaram do julgamento quatro sobrinhos do religioso vindos da Espanha, além de indígenas que conviveram com Kiwxi, nome dado ao missionário. “Viemos para o Brasil na esperança de redimir a memória do assassinato com justiça. Esperamos que o julgamento traga paz a Vicente”, suplicou Maria Cañas. “É um processo que dura três décadas e que os responsáveis não podem permanecer impunes”.

“A presença dos sobrinhos no julgamento é a prova do compromisso de justiça. Ele morreu pela demarcação do território Enawenê-Nawê. Nós pressentimos que um dia iríamos o encontrar morto”, lamenta Thomas Lisboa, companheiro de Vicente e um dos primeiros a encontrar o seu corpo. “Quando encontrei o corpo do meu irmão, permaneci cinco minutos chorando e fazendo memória da sua pessoa”.

Vicente e Thomas recebiam constantes ameaças de fazendeiros e madeireiros que invadiam a terra tradicional dos Enawenê-Nawê. Em uma carta datada no dia 20 de setembro de 1984, Kiwxi escreve a Thomas – batizado pelos Myky como Jaúka – sobre os riscos que corriam. “Eu



Na foto, os sobrinhos de Vicente Cañas: da esquerda para a direita, as especialmente para o júri. Atrás da foto de Vicente, Beth Amarante Rom



não vou mais à Cuiabá, não vou sair da área e deixar os Enawene Nawe ameaçados”. Mesmo sob ameaças, Vicente sustentou a opção feita aos 21 anos, quando decidiu entrar na Companhia de Jesus e ser missionário junto aos povos indígenas. “Vamos assumir as coisas até o fim. Se tiver que morrer, vamos morrer todos! É mais uma razão, Jaúka, diante da necessidade de se resolver em definitivo essa questão da área, pois a insegurança agora envolve muita gente”.

Nota do Cimi

sobre a condenação do acusado por agenciar o assassinato do missionário Vicente Cañas

O Conselho Indigenista Missionário saúda a decisão do júri popular que, nesta quinta-feira, 30 de novembro de 2017, condenou a 14 anos e 03 meses de prisão, em regime fechado, o acusado pelo agenciamento de pistoleiros que mataram o missionário jesuíta e membro do Cimi, Vicente Cañas, em 1987, na cidade de Juína (MT). Vicente atuava com o povo Enawenê Nawê quando foi brutalmente assassinado. Mesmo que transcorridos 30 anos da morte, a condenação do único acusado ainda vivo é um alento para todos os membros do Cimi, especialmente para aqueles que conheceram e conviveram com o irmão Vicente.

Num contexto caracterizado pelo crescimento exponencial das ameaças aos direitos e à vida de lideranças indígenas e agentes indigenistas, a condenação em questão serve como uma luz a mostrar que o caminho da impunidade pode ter um limite. Consideramos que a decisão do júri popular realizado na Justiça Federal de Cuiabá

(MT) servirá como forte instrumento político inibidor de novos casos de assassinatos de defensores de direitos humanos naquele estado e nas demais regiões do Brasil.

Esperamos que as demais instâncias do Poder Judiciário mantenham a decisão ora anunciada.

O Cimi reconhece e agradece o empenho do Ministério Público Federal, de modo particular a todos os Procuradores da República que se envolveram e dedicaram seu empenho neste processo judicial ao longo destes 30 anos. Agradece, ainda, todas e todos os advogados e membros do Cimi e de outras organizações que acreditaram e buscaram a justiça, com esperança, nestas três décadas.

Que a vida e o martírio de Vicente Cañas continue servindo como inspiração à missão entusiasmada e comprometida com os projetos de futuro e com a vida dos povos originários em nosso país.

Brasília, DF, 30 de novembro de 2017
Conselho Indigenista Missionário



três primeiras mulheres loiras e o primeiro homem de barba grisalha. Os quatro estiveram no Brasil, vindos da Espanha, don: a missionária vive desde a década de 70 com os Myky, onde atuou ao lado Vicente



Contradições: réu e suas testemunhas

Ronaldo Antônio Osmar trouxe como sua testemunha dois ex-colegas da Polícia Civil e um médico. Contudo, a contradição dos depoimentos evidenciou a fragilidade da narrativa de defesa ao ponto de afirmar que elas estariam “caducas”.

Em 1983 o réu respondeu processo por abuso de poder. À época, Osmar foi afastado do caso que investigava o assassinato de Vicente por “atrito com índios”, segundo depoimento de João Evaristo Capetinga, diretor da Polícia Civil do Mato Grosso na época do crime. Capetinga é um dos três convidados da defesa de Osmar. Contudo, garantiu que o acusado de agenciar a morte de Vicente Canãs, no processo de investigação do assassinato, ouviu depoimentos e conduziu diligências sem autorização do delegado responsável pelo caso. Osmar escolhia e encaminhava as testemunhas para serem ouvidas em Cuiabá.

Por não ter a tese de defesa atestada, Ronaldo Osmar desqualificou as testemunhas escolhidas para validar sua versão dos fatos. “Estão caducas”, proferiu. “Estou com uma certa idade, mas ainda sei das coisas. Esses já estão esquecidos e não podemos mais acreditar no que dizem ou não”. “Buscamos os depoimentos a partir do processo. São depoimentos do processo, não do Ronaldo Osmar. Não combinamos nada com nenhum deles. Nunca nos reunimos para combinar fala”, remendou um dos advogados.

O médico legista apresentado pela defesa desqualificou os três laudos que se encontram nos autos do processo. Questionado pelo MPF, sustentou que sua avaliação que, segundo depoente durou aproximadamente uma hora e sem equipamentos suficientes, conste de maior validade do que os laudos periciais realizados

pelo Instituto Médico Legal (IML) de Cuiabá e por dois grupos de pesquisas, um da Universidade Federal de Minas Gerais (MG) e outro da Universidade de São Paulo (USP).

O físico atlético de Vicente passou a ser apresentado, segundo o médico Joaquim Delfino Neto, como um corpo doentio. Trouxera um médico para atestar patologias no missionário que era responsável pelo serviço de saúde dos Enawenê Nawê. A arguição do médico levava a entender que a perfuração constatada na região abdominal seria uma úlcera, enquanto distintas documentações afirmam que o orifício foi provocado por objetos cortantes. Primeiro advertiu que o corpo de Kiwxí encontrava-se estranhamente mumificado – sem indícios de putrefação. Depois, afirmou que a perfuração na região estomacal condizia com uma úlcera em estado avançado de decomposição. Se perdeu.

Perjura. Sob responsabilidade de falso testemunho, garantiu ter lido nos diários do missionário o testemunho de que ele sofria de problemas estomacais. O sociólogo jesuíta responsável pelo trabalho de compilação dos diários de Vicente adverte que em nenhum dos 15 cadernos há relato de doença ou indicações de úlceras. Ainda, na documentação processo consta que os diários de Vicente não encontravam-se mais no seu barraco quando o médico legista esteve no local para exumação do corpo.

No primeiro julgamento em 2006, quase duas décadas depois do assassinato, a 2ª Vara Federal em Mato Grosso inocentou por seis votos a um o delegado aposentado de Polícia Civil de Juína. Em 2015, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região determinou a realização de um novo júri para julgar a morte de Vicente Canãs. O desembargador Italo Fioravante Sabo Mendes aceitou o pedido do Ministério Público Federal (MPF) que indicou invalidade do primeiro julgamento por não considerar provas substanciais apuradas durante o processo.

Até que enfim chegou a hora da justiça!

Aloir Pacini, Cimi Regional Mato Grosso

Depois de dois dias de juízo o Tribunal do Júri na Justiça Federal em Cuiabá, Mato Grosso (Brasil), Ronaldo Antônio Osmar, o único acusado vivo em idade legal de ser julgado pelo assassinato do missionário jesuíta Vicente Cañas ou Kiwxí foi declarado culpado de mandar matar o missionário jesuíta de origem espanhol, naturalizado brasileiro, fato ocorrido em 6 de abril de 1987. O jurado, formado por 4 homens e 3 mulheres, considerou o acusado culpado dos delitos de colaboração direta e planejamento de emboscada, por isso foi condenado a 14 anos e três meses de prisão em regime fechado, mas responderá em liberdade, pois já vivia assim nestes 30 anos. Foi demonstrado que, sendo delegado de polícia da região, contratou os assassinos para executar o Irmão Vicente, mediante pagamento por parte dos fazendeiros interessados nas terras dos Enawenê-Nawê.

O Irmão Vicente Cañas foi avisado das ameaças feitas e dos perigos que passava, por isso veio discretamente a Cuiabá para encaminhar os trabalhos e voltou com um peixe assado pelo Darci Pivetta como matula no ônibus para não precisar descer na viagem de retorno. Não tirava férias junto da família para não deixar os Enawenê-Nawê sozinhos.

Durante o Júri estiveram presentes três sobrinhas e um sobrinho do Irmão Vicente vindos da Espanha, os indígenas Enawenê-Nawê, Mÿky, Rikbaktsa, Chiquitanos, Nambikwara, Boe (Bororo) e numerosos representantes da Igreja que trabalha com os indígenas.

A defesa buscava demonstrar que a morte não foi violenta mas natural, por causa de uma úlcera que nunca existiu. Também insinuou que foram os Enawenê-Nawê que mataram Vicente Cañas.

A culpabilização das vítimas é algo odioso no Brasil até os dias de hoje. Quando a defesa começou a culpar o próprio Vicente Cañas e os indígenas Enawenê-Nawê ela se perdeu. Suas contradições foram aparecendo e as mentiras foram cuidadosamente demonstradas.

Quando o profeta Daniel (capítulo 13, versículos 1 a 65) defendeu Susana da acusação da classe dominante da sua época e a livrou da pena de morte, deixou uma lição de que Deus auxilia os inocentes e mostra-nos que a iniquidade prejudica quem a comete. Deus fica indignado com o pecador empedernido que não teme o O desafia como se fosse imune à lei que impõe sobre os demais. A bondade de Nosso Senhor Jesus Cristo que nos convida ao Natal também nos convida a rever nossa vida, refletir sobre nossos atos e a nos convertermos todos os dias.

O juiz falou durante o Júri: “O tempo leva tudo, até mesmo a memória!” e auxiliou a preservar a memória dos indígenas nesta terra do Mato Grosso, valorizou-se as formas de ver diferente destes que se tornaram testemunhas fiéis dos fatos. E o que estava escondido foi proclamado acima dos telhados.

Quando os Rikbaktsa testemunharam que o matador teria falado que desafiava o Irmão Vicente Cañas “Você vai morrer no lugar dos índios!”, algo mais estavam dizendo para nós da vida deste mártir, como Jesus que se tornou o Cristo. Noutro contexto, Fausto Campoli falou que os Enawenê-Nawê conviviam com o Irmão Vicente como um deles, o tratavam dentro de suas normas dentro de um clã deles. E, uma vez morto, o sepultaram segundo os seus rituais, canonizaram Kiwxí como *Enorenawê*, um ser celestial. Falou que ia subir para a aldeia no dia seguinte. Estava no Barraco junto do Juruena, e talvez pensasse que subiria para a aldeia dos Enawenê-Nawê, mas subiu para a aldeia dos céus, tornou-se mais um santo da Igreja Católica.

Agroecologia e a luta dos povos: encontro na TI Apinajé debate práticas para o Bem Viver

Ruy Sposati, especial para o Cimi Regional Goiás/Tocantins

“A gente precisa mudar a estratégia da luta dos pobres”, disse uma quebradeira de coco a 354 pessoas apinhadas num chapéu de sol, debaixo de um toró. Pela quantidade de aplausos, a frase parece ter unificado o sentimento das quebradeiras, quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses e movimentos sociais reunidos no Terceiro Encontro Tocantinense de Agroecologia, na aldeia Cipozal, do povo indígena Apinajé, em Tocantins (TO).

Intitulado “Território e agroecologia em rede: a base para o Bem Viver”, a iniciativa promovida pela Articulação Tocantinense de Agroecologia (ATA), rede de organizações e movimentos sociais, traz como horizonte a troca de conhecimentos das práticas agroecológicas no estado de Tocantins. O encontro aconteceu entre os dias 24 e 26 de novembro.

O “mal-estar generalizado” causado pela atual conjuntura política do país empurra qualquer roda de conversa para uma questão de ordem: o que fazer? Pensar o problema da agroecologia no Tocantins é refletir sobre toda a crise enfrentada pelos pobres. “Crise”, este momento do goleiro diante do pênalti a ser batido pelo time do agronegócio e do setor conservador corporativo-político local, nacional e internacional. Neste jogo, o troféu de campeão envolve “cercas elétricas, búfalos, a [empresa de derivados de babaçu] Tobasa, o eucalipto e a teca, a soja, os fazendeiros, as queimadas, as derrubadas, o sequestro das águas, a poluição e o Matopiba”.

O Plano de Desenvolvimento Agrário (PDA) Matopiba - a última fronteira agrícola do Brasil, sendo implantada nos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia - agrava ainda mais a destruição do Cerrado, expulsando os povos indígenas e as comunidades tradicionais de seus territórios.

Estado Desenvolvimentista

O que está em jogo no projeto de estado desenvolvimentista, estratégia principal do agronegócio, é transformar a vida dos povos em matéria prima. Na abertura do encontro que debate temáticas sobre artesanato, roças agroecológicas e educação do campo, uma liderança indígena Apinajé contou a história do seu povo, da sua grande família e da aldeia onde reúnem-se mais de 300 pessoas. Fez memória do lugar por onde todos que chegaram a aldeia passaram: o perímetro urbano do município de Tocantinópolis, onde está localizada a aldeia Cipozal.

“Nos instalamos por aqui. Morávamos onde hoje é a cidade. Então começou a chegar os não-índios. Primeiro chegaram os padres. A comunidade acolheu. Nós recebemos os padres e deixamos morar na aldeia. Depois dos padres, chegaram outros”, lembrou. “A terra era grande, a gente não sabia qual era o plano

dos não-índios em relação à terra. Fomos recebendo e acomodando. Depois que a gente viu, já tinha muita gente. Tocantinópolis, onde é a cidade, era o mundo. Era onde estavam as aldeias dos Apinajé”.

Em sequência, uma liderança camponesa deu continuidade ao raciocínio do indígena. “Enfrentamos a ditadura, derrubamos os militares. A gente enfrentava quem viesse. Mas nos últimos 10, 15 anos, a gente aprendeu a lutar. O que aconteceu?” - e a pergunta não era retórica!

Um pesquisador acadêmico, único intelectual a participar do painel de discussão do primeiro dia de encontro, mergulhou na questão. Segundo ele, há séculos vem sendo implantado no Brasil um projeto de “desenvolvimento” com práticas de massacres iniciadas no período colonial e que seguem até hoje. “Começou com os portugueses. Desde então continuamos sendo os fornecedores de matéria-prima. Atualmente, Brasil é conhecido por ser um ‘produtor agrícola’. Contudo, se olharmos os números, veremos que milho e soja representam mais de 90% do que se produz de grãos nesse país”.

Segundo ele, isso coloca o país numa situação de dependência e insegurança. “Qualquer problema que acontecer - como a quebra de safra, ou do mercado internacional - automaticamente coloca o Brasil em xeque”. Também porque, segundo o pesquisador, quase toda soja produzida no Brasil tem só um único comprador - a China. “É um projeto conservador de mundo e de vida”, ressaltou.

Na experiência do Bem Viver

A “era desenvolvimentista” ganhou força no Brasil justamente nas gestões de Lula e Dilma - governo - eleitos com forte apoio dos mesmos setores populares que sofrem com o projeto. Com a saída do Partido dos Trabalhadores do poder, contudo, o debate político parece lentamente se oxigenar, e algumas esferas do debate público no campo progressista tem se permitido analisar de maneira mais honesta os últimos anos de resistência anticapitalista no Brasil. “Ninguém aqui tem compromisso com o demo”, sustenta de forma enfática uma quebradeira de coco ao se referir ao projeto de morte das culturas locais de produção.

O pesquisador resumiu a experiência petista no governo federal como um governo contraditório. “Houve uma proposta de temporização, de conciliação de classes - um modelo de desenvolvimento que reforçou o contrário do que a gente está defendendo aqui”.

A resposta para a pergunta da camponesa do porque os movimentos populares se “desprenderam da luta” ganhava forma no desenrolar dos debates. Transversalmente a todas as colocações estava a aposta em um modelo pautado pelo Bem Viver, que passa necessariamente pela garantia do território, da terra, da água. A cobertura do encontro trará as reflexões sobre alternativas debatidas pelas quebradeiras, qui-

“O ‘mal-estar generalizado’ causado pela atual conjuntura política do país empurra qualquer roda de conversa para uma questão de ordem: o que fazer? Pensar o problema da agroecologia no Tocantins é refletir sobre toda a crise enfrentada pelos pobres”



O Matopiba - a última fronteira agrícola do Brasil, sendo implantada nos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia - agrava ainda mais a destruição do Cerrado, expulsando os povos indígenas e as comunidades tradicionais de seus territórios

lombolas, indígenas, pescadores, camponeses e movimentos sociais. Foram realizadas oficinas temáticas sobre artesanato, roças agroecológicas e educação do campo, entre outros assuntos, além de painéis e palestras sobre agroecologia e Bem Viver.

Carta final: insurgência contra o latifúndio

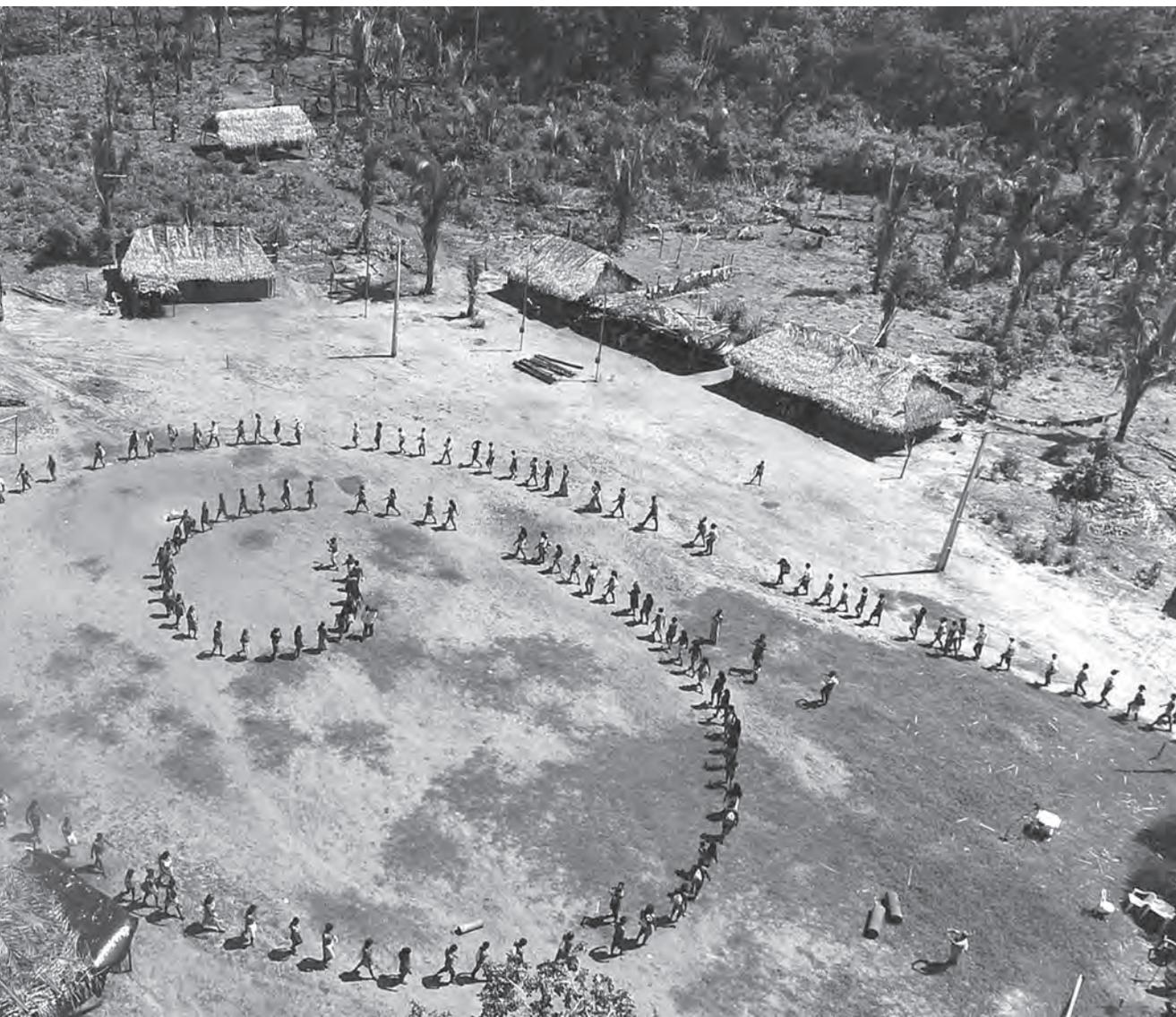
Enquanto o agronegócio seguir sua “busca de lucros sem limites”, as comunidades do campo seguirão “insurgindo contra a violência e a tirania do latifúndio”, afirmam os participantes do 3o. Encontro Tocantinense de Agroecologia.

Na carta final do encontro, quilombolas, pescadores, agricultores, camponeses, quebradeiras de coco e indígenas Apinajé, Krahô, Xerente, Canela e Avá Canoeiro, reafirmaram sua luta em defesa do território e do Bem Viver.

Segundo o documento final da conferência, as comunidades irão seguir criando seus territórios de agroecologia, regidos pela “prática da produção sustentável de alimentos”, fortalecendo a segurança alimentar das comunidades. Defenderão “a recuperação de áreas degradadas e proteção dos mananciais de águas”, e lutando contra “os projetos de hidrelétricas planejados nas bacias dos rios Tocantins e Araguaia, que afetam e ameaçam povos indígenas, ribeirinhos e camponeses”.

O encontro, “sustentado e alimentado pelas experiências de nossos anciãos, a força de nossa juventude e a esperança de nossas crianças”, foi realizado pela Articulação Tocantinense de Agroecologia (ATA), e contou com a participação de quase 400 pessoas.

Leia o documento na íntegra:



de celebrar a mística da terra para plantar, do sol para brilhar, do vento para soprar, das águas para molhar e dos povos para revolucionar.

A labuta incansável e diária das mulheres indígenas é a mesma das mulheres quilombolas e quebradeiras de coco; sofredoras na mesma dor, mas também guerreiras e batalhadoras que nunca se entregaram e se deixaram escravizar por ninguém. Como a própria Mãe Terra, mulheres são geradoras da vida e reparadoras, que fazem brotar das cinzas a vida que foi queimada e destruída. Senhora absolutas da fertilidade e animadoras da esperança. Mulheres, presentes no lar, na política, nas salas de aulas, na roça, nas artes e na luta social. Mulheres valentes e presentes no 3º Encontro Tocantinense de Agroecologia.

Nossa relação e diálogo com a natureza é de Paz, harmonia e reciprocidade. Nesse encontro, vozes proféticas denunciaram as hostilidades e a guerra injusta do agronegócio contra a Mãe Terra. Repudiamos o uso do veneno nas plantações, a expansão das monoculturas de soja e eucaliptos, o desmatamento, os incêndios florestais e os assassinatos de ativistas e ambientalistas; práticas criminosas e desprezíveis atribuídas aos ruralistas que devem ser combatidas.

Os empresários do agronegócio não conseguem compreender a natureza que pede socorro e precisa viver. Alguns homens interromperam de vez sua ligação com os elementos vitais do Planeta e o sagrado, de forma ingrata não querem mais conhecer e valorizar a chuva. Insensatos se recusam a ouvir e sentir a voz do vento. Arrogantes, ignoram e não querem ver a luz e o brilho do sol. Imprudentes, envenenam as águas. A falta de sabedoria os leva a desprezar a espiritualidade da terra aonde pisam. Tudo isso movidos pela lógica do desenvolvimento econômico, da acumulação de capital e da cegueira em busca de lucros sem limites. Por causa do dinheiro, essa classe político-empresarial despreza princípios e valores humanos, esquece de Deus e perde a razão.

Diante dessas ofensivas, a própria natureza está reagindo para ser respeitada e ouvida. Antes que o Sol responda, nos perguntamos: Quantos rios precisam secar para que entendam e parem de desmatar? Até que aprendam o sentido do Bem Viver, quantas árvores atingidas pela ação criminosa dos tratores irão morrer? Quanta hipocrisia e mentiras irão ser repetidas a todo momento, antes de afirmarem a verdade declarando que veneno não é alimento?

Continuaremos firmes na prática da produção sustentável de alimentos agroecológicos, pois o ato de se alimentar é celebração da vida. No fortalecimento e garantia da Segurança Alimentar e Nutricional dos povos e suas comunidades. Defendemos a recuperação de áreas degradadas e proteção dos mananciais de águas. Estaremos sempre pró ativos participando da Campanha em Defesa do Cerrado e contra o desmatamento e o MATOPIBA. Nossos povos continuarão sempre atentos e mobilizados contra os projetos de hidrelétricas planejados nas bacias dos rios Tocantins e Araguaia, que afetam e ameaçam povos indígenas, ribeirinhos e camponeses. Esse desafio é nosso!

Enfim, esse foi o Encontro da pluralidade de ideias e pensamentos, da afirmação étnica, da diversidade cultural, das sementes, do artesanato, das expressões corporais, das pinturas, das artes, danças, corridas de toras, atividades que fizeram parte das apresentações agroecológicas e culturais do III Encontro Tocantinense de Agroecologia. Momentos que vão ficar na história e na memória dos participantes desse Encontro.

**Aldeia Cipozal,
Terra Indígena Apinajé,
26 de setembro de 2017**

CARTA DO III ENCONTRO TOCANTINENSE DE AGROECOLOGIA

No III Encontro Tocantinense de Agroecologia, realizado no período de 23 a 26 de novembro de 2017, na aldeia Cipozal, terra indígena Apinajé, município de Tocantinópolis, Tocantins, tivemos relevante participação de povos indígenas, camponeses, quilombolas, quebradeiras de coco e suas organizações representativas vindos de assentamentos, aldeias, quilombos e cidades do Estado do Tocantins. A chegada das caravanas vindas de todas as regiões do Tocantins e de outros Estados, à aldeia Cipozal aconteceu na tarde do dia 23.

O III Encontro Tocantinense de Agroecologia é uma importante conquista e realização desses lutadores e lutadoras, protagonistas da resistência camponesa e indígena na região Norte de Tocantins, mais conhecida como “Bico do Papagaio”. Nas décadas de 1970 e 1980 essa região foi palco de intensas lutas dos trabalhadores(as) rurais e das quebradeiras de coco. Naqueles tempos sombrios de violência e opressão, para não entregar essa terra aos latifundiários e ruralistas, nossos povos se organizaram, lutaram e enfrentaram a grilagem, a pistolagem e a violência institucionalizada da ditadura militar.

Nosso povo sabe o que quer. Na mesma época, o povo Apinajé junto com parentes Krahô, Xerente, Kayapó, Xavante e Romkokamekra (Canela), se mobilizaram para lutar, demarcar e garantir parte de seu território tradicional, às custas de muito sacrifício, suor e sangue. Portanto, nossa luta é a mesma, sempre sofremos violências dos grandes por causa de terra. Sempre foi assim nossa história de luta para garantir nosso cerrado,

nosso babaçu, nossas águas e nosso território do Bem Viver para presentes e futuras gerações. O 3º Encontro de Agroecologia é a continuidade e afirmação dessa resistência dos povos do Bico do Papagaio. É incidência política em favor do Bioma Cerrado, da palmeira babaçu, do pequi e do bacuri. E a doação de Vidas pela Vida.

Esses ideais e objetivos das lutas travadas pelos povos indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco e camponeses presentes neste III Encontro se misturam e se confundem na mesma causa comum. Movidos pelo senso universal do sagrado direito a existência e pela consciência em defesa da vida, buscamos a liberdade; lutando contra a escravidão do corpo e da alma, nos insurgindo contra a violência e a tirania do latifúndio. Queremos um mundo livre de muros e cercas, uma sociedade mais tolerante e um Brasil mais soberano, independente e altivo. Exigimos a demarcação dos territórios indígenas, quilombolas e nos manifestamos contra a corrupção, o abuso de poder e o golpe dos ruralistas. Com essa força e teimosia, nos levantamos em defesa das águas e da vida da Mãe Terra. Enfrentamos juntos as dificuldades e as imposições daqueles que querem nos provocar, dividir e enfraquecer.

Esse III Encontro é sustentado e alimentado pelas experiências de nossos anciãos, a força de nossa juventude e a esperança de nossas crianças. As diversas oficinas temáticas realizadas significaram trocas de experiências e formas vivas e divertidas de se alegrar, transmitir conhecimentos e desenvolver saberes. Espaço para compartilhar, aprender e ensinar. A união da diversidade, intercâmbio cultural e celebração do Bem Viver. Lugar de pluralidade, de cantoria, de alegria e da amizade. Momento de poesia, de canção e de sabedoria. Encontro do maracá, da sanfona, do violão e do tambor. Momentos únicos de magia e simpatia das mulheres guerreiras, meninas morenas, indígenas, quilombolas e quebradeiras. Encontro



“Tem muitos anos que isso acontece. Não é de hoje que as violências contra nossa comunidade existem”

“Existe uma rede articulada e que tem dia e hora marcada para nos atacar”, denuncia liderança da TI Morro dos Cavalos

Guilherme Cavalli, Assessoria de Comunicação – Cimi

A Terra Indígena (TI) Guarani Morro dos Cavalos, localizada em Palhoça, há 30 quilômetros de Florianópolis (SC), sofreu no dia 19 de novembro outro ataque em três localidades, simultaneamente: Tekoá Itaty, Tekoá Yaka Porã e o Centro de Formação Tataendy Rupa. “Mensagens chegavam em nosso grupo de WhatsApp relatando os tiros contra os indígenas que faziam ronda no território. Foram todos ao mesmo tempo. Isso é uma prova que estão articulados e querem nos massacrar”, afirma liderança Guarani Mbya que terá sua identidade preservada. É o terceiro ataque em um ano. Ninguém ficou ferido, mas indígenas revivem clima tenso na região.

“Quando chega vésperas de feriados e finais de semana nosso medo aumenta. É um clima de temor que permanece na aldeia, sempre da meia noite até a cinco da manhã”, denuncia. Segundo o entrevistado, as violências ocorrem em dias e horários que dificultem as

denúncias e ação da polícia. “Não temos aonde recorrer. É agonizante. Sabem que se atacarem nesses dias, a política não atenderá os nossos chamados”.

Diante impunidade, “abre-se brecha para futuros ataques”. “Foram muitas denúncias que já realizamos. Recorremos a todos os órgãos possíveis: Polícia Federal, Ministério Público, Funai. Não podemos contar com ninguém”, lamenta. “Tem muitos anos que isso acontece. Não é de hoje que as violências contra nossa comunidade existem”.

A inoperância dos órgãos governamentais, responsáveis por investigar e promover a segurança da aldeia, juntamente com a acometida pejorativa da imprensa local, dilata o ambiente a possíveis ataques. “Estamos com medo de denunciar. Podemos sofrer por falar”, comenta ao relatar vazamento à imprensa dos depoimentos apresentados sobre caso de violência contra a comunidade.

Diante aos recorrentes ataques, as lideranças da TI Morro dos Cavalos organizaram um grupo de apoiadores para percorrer a aldeia em guardamento.

Histórico de Violência

No dia 2 de novembro, o ataque foi contra uma senhora de 59 anos. A indígena recebeu alta médica três dias, após a comunidade sofrer nova ofensiva de grupos que pedem a retirada dos indígenas de suas terras tradicionais. “O medo é uma realidade na aldeia, principalmente depois do ataque à senhora que teve sua mão decepada e parte do corpo esfaqueado”.

Em protestos ocorridos em junho, moradores da comunidade Enseada de Brito, que fica próxima à terra Guarani, no Morro dos Cavalos, questionavam a presença dos indígenas. Cartazes caracterizavam a aldeia como “invasão” promovida pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O protesto foi organizado por alguns políticos da região, liderados pelo vereador Pitanta (DEM). “São políticos que, com a imprensa local, trabalham para provocar a discórdia. Tentam de todo jeito jogar a comunidade de Enseada contra nós”, explica a liderança que teve a identidade preservada.

No dia 5 de agosto, o tekoha – lugar onde se é – Yaka Porã foi invadido e os barcos dos Guarani Mbya incendiados. Os indígenas registraram queixa na Polícia Civil e solicitaram o encaminhamento das investigações para a Polícia Federal e Ministério Público Federal (MPF). Onze dias depois, a Câmara de Vereadores

de Palhoça promoveu uma Audiência Pública para discutir a demarcação das Terras Indígenas Morro dos Cavalos. “A Funai está trazendo índio de fora para ocupar as nossas terras. Invadem áreas da comunidade da Enseada do Brito”, declara o vereador em convite para a audiência divulgado pela Câmara Municipal de Palhoça.

“O problema começou a aumentar depois da audiência pública na Câmara de Vereadores. Os vereadores chamam pra violências contra a gente de dentro da Prefeitura com informações que não são verdadeiras”, afirmou a liderança Guarani.

As violências se estendem por anos. No dia 2 de novembro de 2015, um grupo ocupou a terra tradicional e expulsou as famílias indígenas, apossando-se de suas casas. O ocorrido encontra-se no Relatório de Violência contra Povos Indígenas no Brasil – dados 2015.

Em 2013, a casa de um indígena foi invadida por um não indígena que insistia de forma violenta em saber sobre o processo de demarcação. No mesmo ano, a mangueira que conduzia água para abastecer a terra indígena foi cortada em 38 pedaços. O Ministério Público Federal foi avisado e encaminhou a denúncia a Polícia Federal para investigação do crime. ♦

Dia Internacional dos Direitos Humanos é marcado por mobilização indígena em Porto Alegre

Cimi Regional Sul, Equipe Porto Alegre

Porto Alegre, domingo, 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, marcado pela mobilização em defesa dos povos indígenas. Os cantos, as danças, as falas e a mística Guarani Mbya marcaram o dia de mobilização e luta pela defesa dos direitos indígenas e, em especial, dos direitos territoriais da comunidade Guarani de Maquiné.

Centenas de pessoas se dirigiram ao Parque da Redenção, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, para celebrar a resistência dos povos indígenas e manifestar apoio e solidariedade à comunidade Guarani que, em 27 de janeiro de 2017, decidiu realizar a retomada de uma porção de terra no município de Maquiné. Na terra retomada localizava-se a extinta Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro).

Os Guarani, tradicionais ocupantes das territórios no litoral do Rio Grande do Sul, foram expulsos de suas terras e têm sido submetidos a uma existência precária, em acampamentos às margens de seus territórios ancestrais ou deslocados para áreas degradadas, com águas contaminadas e sem as condições adequadas para viverem o Ñhanderekó (seu modo de ser).

A retomada de Maquiné, conforme afirmam os Guarani Mbya, colabora com seus propósitos de resgatar parcelas de terra que antes integravam seu vasto território. Nas áreas podem ser encontradas as marcas da passagem de seus ancestrais, e que permitem viver com dignidade. A retomada, segundo os Guarani, foi possibilitada porque Ñhanderu determinou que acontecesse. A terra - com seus recursos ambientais preservados, com nascentes de águas, com ervas, matas, animais, flores, sementes e frutos - possibilita o envolvimento e o Bem Viver. Por esta terra, em Maquiné, os Guarani lutam incansavelmente.

O dia de mobilização, no Parque da Redenção, uniu centenas de simpatizantes da causa indígena, dentre eles artistas regionais, cantores, compositores, entidades de apoio, autoridades, políticos, personalidades do Judiciário, do Ministério Público Federal (MPF), da Defensoria Pública da União (DPU) e tantas outras pessoas que, juntas, prestaram solidariedade aos indígenas e às lutas daqueles que veem, na atualidade, os seus direitos sendo aniquilados por governantes e políticos inescrupulosos e ambiciosos. Diante de ações públicas de desrespeito às diferenças, de desmonte das estruturas que podem assegurar bem-estar à população e de total descaso para com os direitos humanos, sociais, trabalhistas, previdenciários, educacionais, é necessário fortalecer os laços de solidariedade e manter articuladas os setores que buscam um futuro mais digno. A luta seguirá contra o marco temporal da Constituição, contra a PEC 215/2000, contra o PL31/2015, contra o Parecer 001/2017 da Advocacia-Geral da União (AGU), contra o racismo institucional e pela demarcação e garantia dos territórios indígenas e quilombolas.

Porto Alegre foi agraciada, no dia dos direitos humanos, pela coragem e resistência dos povos indígenas, pela força de sua mística, pela persistência na busca pela garantia de seus direitos originários. Em tempos de acentuado individualismo e de sensível desesperança, a presença suave e a espiritualidade dos Mbya é inspiradora e pode nos servir de alento, para vislumbrarmos e anunciarmos que o amanhã será melhor. ♦

Liminar suspende portaria do Ministério da Justiça que reduzia a Terra Indígena Jaraguá

Assessoria de Comunicação - MPF/SP

A pedido do Ministério Público Federal (MPF), a Justiça Federal em São Paulo suspendeu a vigência da Portaria nº 683/2017, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que reduzia a extensão da Terra Indígena Jaraguá, localizada na zona norte da capital paulista. A norma do governo federal, assinada pelo ministro Torquato Jardim em agosto, é alvo de uma ação civil pública do MPF por desrespeitar o ordenamento jurídico brasileiro. Com a liminar concedida, a reserva Guarani volta a ter 512 hectares.

O texto suspenso anulava outra portaria do próprio Ministério da Justiça, a de nº 581/2015. Na época, o então ministro José Eduardo Cardozo reconhecia a posse permanente dos Guarani na área correspondente à ocupação tradicional e histórica do grupo na região. Dois anos depois, a revogação dessa norma havia tornado novamente vigente a extensão definida na primeira demarcação do território, em 1987, equivalente a apenas 1,7 hectare.

A 7ª Vara Cível Federal de São Paulo reconheceu indícios de que o Ministério da Justiça contrariou a Lei nº 9.784/99 e decisões de tribunais superiores ao anular a portaria de 2015 sem prévia consulta aos envolvidos na demarcação. “Ora, houve aparente violação ao devido processo legal na medida em que o povo Guarani, beneficiário do ato anulado, bem como a Funai e a AGU sequer foram ouvidos”, diz trecho da liminar que acolheu os argumentos do MPF.



Comissão Guarani Yvyrupa/Arquivo

Direito

Aos indígenas, o direito de manifestação em casos como este é assegurado ainda pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário. O país já foi alvo de sanções por desrespeitar a norma. Em 2011, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos impôs medidas cautelares ao Estado brasileiro por não ter havido prévia consulta às comunidades que habitavam a bacia do Rio Xingu, região diretamente afetada pela construção da usina de Belo Monte.

“O reconhecimento da importância do tema pelo Poder Judiciário, em sede de tutela de urgência, sinaliza

a valorização da cultura indígena e da tradicionalidade de sua ocupação, apontando para uma efetiva proteção dos direitos constitucionalmente protegidos”, afirmou a procuradora da República Suzana Fairbanks Oliveira Schnitzlein, uma das autoras da ação.

Nota Técnica

A suspensão dos efeitos da Portaria nº 683/2017, do Ministério da Justiça, que anulou a demarcação da terra indígena Jaraguá, foi defendida pela Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal (6ªCCR/MPF). No entendimento da 6ªCCR/MPF, a portaria coloca em risco a estrutura social do índios Guarani que vivem naquela região. A defesa da manutenção da demarcação da terra foi feita em nota técnica divulgada em 22 de novembro.

No documento também são questionadas as alegações apresentadas para anular os efeitos da Portaria 581/2015, que reconheceu a área como pertencente aos índios Guarani. Um dos argumentos centrais para a anulação foi a sobreposição da área indígena ao Parque Estadual do Jaraguá, Unidade de Conservação (UC) que pertence ao estado de São Paulo, o que, segundo o MPF não se sustenta, já que a Constituição inclui as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios ao rol de bens da União e declara extintos quaisquer títulos sobre elas.

Sendo assim, a existência de UC não impede a demarcação, conforme entendimento admitido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de que não há incompatibilidade de terras indígenas com outras áreas protegidas. Para o MPF, a dupla afetação da terra é possível, desde que não haja restrição do usufruto dos índios sobre ela pois, nesses casos, não há conflito, mas simbiose. “Assim, a regra é que as terras indígenas e as unidades de conservação sejam perfeitamente compatíveis, afinal as áreas mais preservadas são justamente as que os índios e outras comunidades tradicionais ocupam e protegem”, diz o texto.

Segundo o MPF, as terras indígenas são bens inalienáveis da União e, por isso, possuem regime jurídico próprio. Ao não defender sua propriedade o governo federal viola esse regime, que implica na renúncia de bem público em prejuízo aos princípios da indisponibilidade e supremacia do interesse público. Ao refutar o argumento do Ministério da Justiça sobre o direito da administração pública de anular seus atos, a nota técnica da 6ªCCR indica que tal ação não pode ser aplicada aos direitos originários dos índios, por se tratarem de direito fundamental previsto pela Constituição. ♦



Comissão Guarani Yvyrupa/Arquivo

As terras indígenas são bens inalienáveis da União e, por isso, possuem regime jurídico próprio. Ao não defender sua propriedade, o governo federal viola esse regime

Indígenas do povo Mura apreendem búfalos em protesto contra destruição de aldeia e meio ambiente

Cimi Regional Norte I

Um grupo de indígenas Mura da aldeia São Félix, no município de Autazes, no Amazonas, apreendeu 60 búfalos (na foto ao lado) no último dia 30 de novembro. Os animais eram de um fazendeiro da localidade que já vinha sendo alvo de reclamações e denúncias

dos indígenas. Como ele não tomou as providências necessárias para impedir que os búfalos invadissem a aldeia, os Mura resolveram se proteger da manada invasora.

No espaço de dois meses, esta é a segunda apreensão de búfalos realizada pelos indígenas da aldeia São Félix. A invasão dos búfalos às aldeias causa a

destruição das plantações, polui as águas dos rios e igarapés que abastecem as casas e destroem os berçários de peixes, que são de grande importância na alimentação do povo Mura.

O fato já foi denunciado às autoridades, mas nenhuma providência foi tomada até o momento. No dia da apreensão, a Fundação Nacional do Índio

(Funai) enviou ao local um funcionário que, segundo os indígenas, em vez de defender os direitos da aldeia tentou intimidá-los.

Por causa das denúncias e ações em defesa do território e do meio ambiente, um professor Mura vem sendo ameaçado de morte por um dos fazendeiros da localidade. ♦

Povo Pitaguary resiste para que aldeia não vire pedreira e serras amontoados de britas

Renato Santana, Assessoria de Comunicação – Cimi

Conforme o assessor jurídico do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH), Lucas Guerra, os três hectares de ocupação tradicional do povo Pitaguary, com decisão de reintegração de posse favorável à empresa privada Pedreira Canaã suspensa pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região, pertencem à União. A área era da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), dissolvida em dezembro de 1999. Para entrar na aldeia Pedreira da Encantada, na comunidade de Monguba, município de Pacatuba, a 25 km da capital Fortaleza (CE), é preciso cruzar a linha férrea da extinta RFFSA.

Na Secretaria de Patrimônio da União (SPU) corre um processo administrativo solicitando que a área seja transferida para a Fundação Nacional do Índio (Funai). A autoproclamada posse da Pedreira Canaã, que está desativada há pelo menos 30 anos, tem hectares sobrepostos à Terra Indígena Pitaguary, cuja Portaria Declaratória foi publicada em 2006, e outros contíguos à demarcação. “A Pedreira Canaã não é proprietária dessa terra. A decisão do desembargador do TRF-5, Leonardo Carvalho, que é cearense, não foi tomada com base em todos os documentos disponíveis”, afirma Guerra.

Para o advogado da CPDH, que acompanha os Pitaguary, o povo também não foi ouvido ou participou do trâmite processual. “Se trata de uma decisão monocrática do desembargador”, acrescenta. A Advocacia-Geral da União (AGU), a Defensoria Pública da União (DPU) e o Ministério Público Federal (MPF) peticionaram um recurso contra o despejo no próprio TRF-5. No dia 30 de novembro os Pitaguary estiveram em uma audiência na Justiça Federal, na capital Fortaleza, para tratar da reintegração. A tentativa era de convencer os indígenas a saírem de maneira pacífica. No dia 14 de novembro, um grupo da Justiça Federal esteve na aldeia para uma inspeção relativa à reintegração. “A nossa decisão é uma só: nós não vamos sair da nossa terra, vamos resistir”, diz o cacique Cauã Pitaguary. Um outro processo contra a pedreira também está em curso no Departamento Nacional de Proteção Mineral (DNPM).

Um ato público organizado pelos Pitaguary ocorreu, na tarde do dia 28 de novembro, na aldeia situada nos três hectares a serem reintegrados. “Toda a população precisa se envolver porque prejudica o nosso povo, a nossa terra indígena, mas também a população não-indígena que está ao redor”, declarou Ceíça Pitaguary. A



O ato público se encerrou no sopé da enorme cratera arrancada da Serra da Aratanha, local onde atuava a pedreira, hoje retomada pelos Pitaguary

Prefeitura de Pacatuba enviou representante em apoio à luta dos Pitaguary, bem como havia inúmeros representantes de associações de bairros presentes ressaltando que a população não-indígena teme pela reativação da pedreira. “Essa área é do povo Pitaguary, não apenas das 28 famílias que aqui vivem. Por isso todas as aldeias e comunidades precisam estar mobilizadas como no dia de hoje”, diz Ceíça.

O ato público se encerrou no sopé da enorme cratera arrancada da Serra da Aratanha, local onde ocorria a retirada mineral da antiga Pedreira Brita-Boa, hoje chamada de Canaã. Um abraço simbólico, realizado pelos mais de 200 indígenas e apoiadores presentes, se transformou numa roda de toré enquanto os Pitaguary seguiam, no fim da tarde, com um ritual do povo movido a cantorias, maracás e tambores. O canyon do que antes da ação da pedreira era a integridade da Serra se sublevoou sobre todos e todas com o rosto de perfil de um indígena — caprichosamente talhado pelas explosões; uma arte realizada à base de líquidos inflamáveis e gases que em alta temperatura geram pressões intensas. Uma jovem estudante Pitaguary ressaltou: “Era ainda mais nítida a expressão, mas as pedras que faziam o queixo rolar”.

Irregularidades e corrupção

Outro ponto abordado como flagrante irregularidade é o não cumprimento de Legislação Estadual que obriga qualquer empresa em processo de licenciamento ambiental, instalada nos município do estado que tenha presença indígena, a realizar estudos do componente indígena. “É o caso de Pacatuba. Essa pedreira não tem autorização legal completa para atuar. Há dúvidas se a lavra incide ou não sobre esse território. Tudo isso já serviria para não permitir qualquer operação. Agora a pesquisa do componente indígena deve ser acompanhada pela Funai, não pode ser feita à revelia. É muito grave: não existe o estudo que pretende analisar os impactos desse empreendimento sobre o povo”, aponta Lucas Guerra.

A antropóloga e professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Caroline Leal, resalta outros pontos. “Terra de ocupação tradicional não é apenas onde os povos indígenas colocam sua casa ou suas roças, mas toda uma área que possui importância cosmológica, onde que é possível se reproduzir fisicamente, socialmente e espiritualmente”, aponta. A antropóloga entende que os 1.735 hectares

Assine o

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

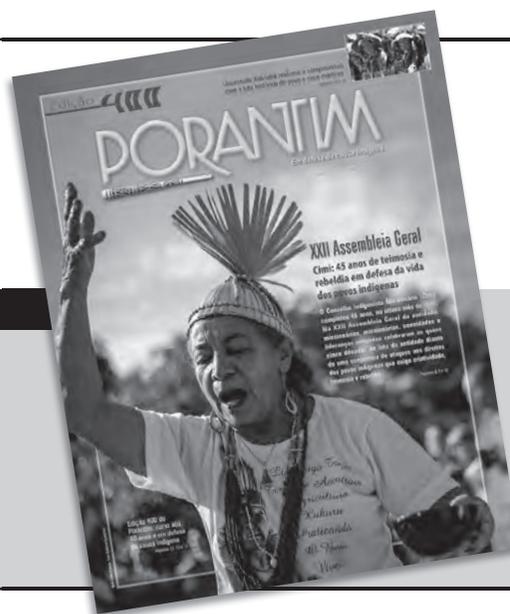
CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS - Ed. Venâncio III, salas 309/314 - Asa Sul
Brasília-DF - CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 60

Ass. dois anos: R\$ 100

Ass. de apoio*: R\$ 80

América Latina: US\$ 50

Outros países: US\$ 70

* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país



demarcados é o que o Estado entende como a terra indígena, mas o território é aquele que o povo compreende. Com isso, conclui Caroline, existe uma área de influência rechaçada pelas pedreiras que operam dentro e em centenas de hectares contíguos à terra indígena.

“Há farta legislação determinando que para o funcionamento desses empreendimentos se exige os estudos de impactos ambientais, mas não basta fazer esses estudos sem a oitiva aos Pitaguary porque eles podem conter vícios típicos daquilo que apenas o Estado entende. Um exemplo é desconsiderar essa área de influência, que precisa ser estudada para ser avaliado o impacto e com isso decidir se a concessão será dada ou não”, explica. O Estado, acredita a estudiosa, terá uma concepção parcial e os Pitaguary precisam disputar essa concepção – algo absolutamente comum a estes processos. Mas qual seria essa “concepção” do povo Pitaguary? O território de ocupação tradicional.

“Nada mais é do que o cotidiano vivido hoje, além de todos os espaços sagrados, de caça e etc. A Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) leva os povos indígenas à consulta livre, prévia, informada. A área de influência do que eu compreendo é toda a área que tem importância para o povo e é imprescindível à sua reprodução física e cultural como estabelece a Constituição Federal de 1988, não apenas as áreas de moradia e/ou delimitada pelo Estado. Portanto, não é só a Pedreira Canaã, mas as outras pedreiras também. Perceba: tudo isso está na legislação, na Constituição Federal e nos tratados

internacionais os quais o Brasil é signatário, portanto com poder de lei no país”, defende a antropóloga. Para tornar a situação ainda mais flagrante quanto aos direitos do povo Pitaguary violados, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) está sob suspeição.

No dia 21 de novembro, quatro servidores da Semace foram presos e outros seis afastados, incluindo o superintendente. O Ministério Público do Ceará (MPCE), que realiza as investigações em conjunto com a Polícia Civil, apura crimes de corrupção passiva, concussão, advocacia administrativa, inserção de dados falsos em sistemas de informação da administração pública e organização criminosa por parte de servidores. Foram apreendidas ainda três armas de fogo e R\$ 200 mil em espécie. Mas esta não foi a primeira vez que funcionários públicos foram presos acusados de operar criminosamente a favor de empresas e terceiros.

Em 2008, a Polícia Federal realizou a Operação Marambaia. Em dezembro de 2014, 11 pessoas foram condenadas a penas de até 32 anos de detenção, além de pagamentos de multas milionárias, por licenças ambientais fraudulentas em áreas de preservação, estudos de impacto viciados, tráfico de influência, peculato, prevaricação, suborno entre outros crimes. Entre os sentenciados estavam o ex-superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), que pegou seis anos em regime aberto, Hebert de Vasconcelos Rocha, ex-superintendente estadual do Meio Ambiente (Semace), e a secretária de Meio Ambiente de Fortaleza, Daniela Valente Martins, condenada a oito anos por tráfico de influência. “Nos perguntamos: como dão uma licença para uma pedreira operar numa terra indígena, nascente de vários rios importantes da Grande Fortaleza, em uma área da União, com uma legislação criteriosa, com leis nacionais e internacionais a serem respeitadas, sobretudo a Constituição Federal? Esses escândalos de corrupção explicam”, ataca o ex-deputado estadual pelo PSOL e advogado, João Alfredo.

“Os morcegos não saem mais atrás de frutas”

Pajé Barbosa Pitaguary, como prefere ser chamado, lembra: “Quando eu estudava, nós nos escondíamos atrás do paredão para se proteger das explosões. Já estou velho e parece que isso segue. Então os órgãos do governo assistem a esse horror e não fazem nada. Dizem que não gostamos do desenvolvimento, mas não acreditamos em desenvolvimento sem vida”. O pajé reside na aldeia. Chega a ter pesadelos com pedras enormes que rolam sobre as pessoas, as casas. Em várias ocasiões teve tal pesadelo acordado: “Um pedra destruiu a cozinha de uma Pitaguary. A geladeira partiu no meio. Ano passado uma outra pedra destruiu casas. Convivemos com isso”, diz.

Antigamente era comum aos Pitaguary assistir ao espetáculo da revoada de milhares de morcegos, no final do dia. “Saíam doidos no rumo da praia atrás de árvores de frutas. Depois voltavam para as serras trazendo sementes que garantiam uma diversidade de alimentação pra o povo”, conta o pajé. As graúnas, mocós e sabiás também desapareceram, entre outras dezenas de animais comuns ao convívio dos Pitaguary. Para o pajé Barbosa se trata um péssimo sinal também quando ele pensa nos Encantados que habitam as serras e a natureza. “O povo indígena, seja em qualquer lugar, tem responsabilidades com essa parte espiritual. Temos a missão de garantir a morada dos Encantados. Acabar com elas pode trazer consequências terríveis pra todo mundo”, garante.

O historiador João Paulo Vieira, assessor da Rede de Museus Indígenas do Ceará, explica que a territorialidade do povo Pitaguary está embasada numa presença histórica permanente dos indígenas no território pelo qual eles lutam. “No processo de mobilização que criou o Museu Indígena Pitaguary tivemos a oportunidade de ouvir dos mais velhos que nestes locais onde as pedreiras querem tirar o minério viviam os troncos velhos do povo, como as finadas Tia Maria e Mãe Joana, esta última, parteira da aldeia e avó do Pajé Barbosa. São lugares cujos significados aproximam a natureza das práticas sociais e da memória coletiva, pois guardam histórias, lendas e encantamentos que compõem a cosmovisão do povo como a Pedra do Boto, o Tanque do Davi, a Pedra da Torre e etc. Outros são considerados sagrados, pois servem de morada aos encantados e demais guardiões das matas, bichos e olhos d’água”, explica o historiador. Além do aspecto cosmológico, Vieira destaca a existência de farta documentação que atesta a presença indígena na região desde o século XVII até os dias atuais.

“É possível afirmar com documentação a presença histórica dos Pitaguary desde a encosta da Serra de Pacatuba até a Serra de Maranguape. As Cartas de doações de Sesmarias nos anos de 1707 e 1718 concedem posse de terras aos indígenas na costa da Serra de Sapupara e na Serra de Maranguape e em 1722 na própria Serra de Pacatuba. Em outro documento de 1854, o Sítio Pitaguary, é doado em definitivo ao povo”

“É possível afirmar com a documentação, de boa parte de órgãos do próprio Estado da época, a presença histórica dos Pitaguary desde a encosta da Serra de Pacatuba até a Serra de Maranguape”, aponta o historiador. Um dos aldeamentos desta região mais próxima ao litoral, no estado do Ceará, chamava-se Aldeia Nova de Pitaguary “e estava localizada justamente entre essas duas serras”. Há ainda as Cartas de doações de Sesmarias nos anos de 1707 e 1718 que concedem posse de terras aos indígenas na costa da Serra de Sapupara e na Serra de Maranguape e em 1722 na própria Serra de Pacatuba. Em outro documento

de 1854, o Sítio Pitaguary, é doado em definitivo ao povo. No entanto, está claro ao historiador que a reivindicação territorial dos indígenas é menor do que a área que ocupavam: “Os Pitaguary, descendentes diretos dos antigos potiguaras, se deslocavam em amplo território, realizando migrações periódicas entre as demais aldeias situadas em Messejana, Parangaba e Caucaia, por exemplo. Há diversos registros dessa presença”.

No famoso relatório escrito em 1863 pelo governador da Província do Ceará, João Bento da Cunha Figueiredo Júnior, afirma que não há mais índios no estado. Estavam oficialmente extintos. Todavia, afirma Vieira, no mesmo relatório o governador registrou protestos do povo Pitaguary contra a invasão de suas terras tradicionais e a violência do servilismo imposto ao conjunto dos indígenas, o que era típico deste período conhecido como o Tempo dos Barões. “Em grande parte essa violência era cometida por ricos proprietários e agentes do estado. Recolhemos relatos de que se um índio decidisse comer uma manga para matar sua fome todos e todas pagavam com castigos. Então muitos elementos históricos permanecem nesta realidade na mesma proporção em que os Pitaguary nela sempre estiveram”, relata o historiador. ♦

Que o espírito da
comunhão, da partilha,
seja a chama acesa

Por justiça e terra para
os povos indígenas.

Que o Natal e o Ano
Novo sejam repletos de
bênçãos a todos
e todas!

“Meu trabalho ali é não mexer em nada.

Me integrei completamente, me sinto bem lá,
entendo toda a trama, todo o mundo deles.

Quem vai morar com eles tem de ter o mesmo
comportamento que eles, em alimentação, na
maneira de ser, na participação e em tudo”

Vicente Cañas



www.cimi.org.br



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO